

Jacira Jacinto da Silva
Milton Rubens Medran Moreira

COLEÇÃO
LIVRE-PENSAR:
ESPIRITISMO PARA O SÉCULO XXI
SÉRIE **1**

Espiritismo, ética e moral

Jacira Jacinto da Silva
Milton Rubens Medran Moreira

Espiritismo, ética e moral

COLEÇÃO **LIVRE-PENSAR:**
ESPIRITISMO PARA O SÉCULO XXI



Série **1** - Livro **7**

2021



ORGANIZADORES DA COLEÇÃO:
*Ademar Arthur Chioro dos Reis, Mauro de
Mesquita Spínola e Ricardo de Moraes Nunes*

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:
Magda Zago

REVISÃO ORTOGRÁFICA:
Salomão Jacob Benchaya

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Rosana Santana CRB-8 9618

S586 Silva, Jacira Jacinto

Espiritismo, ética e moral [recurso eletrônico] / Jacira Jacinto Silva, Milton Rubens Medran Moreira; – [S. l.]: CPDoc, 2021; CEPA, 2021.

178 p.; 16cm. – (Coleção livre-pensar: espiritismo para o século XXI); série 1: n.7 / organizado por: Ademar Arthur Chioro dos Reis, Mauro de Mesquita Spínola, Ricardo de Moraes Nunes).

ISBN 978-65-89240-12-9

1. Ética espírita 2. Leis morais 3. Moralidade 4. Allan Kardec
I. Título II. Moreira, Milton Rubens Medran III. Spínola, Mauro de Mesquita IV. Nunes, Ricardo de Moraes IV. Chioro dos Reis, Ademar Arthur V. Série.

CDU 133.7

CDD 133.9

APRESENTAÇÃO

“(…) o livre-pensamento eleva a dignidade do homem; dele faz um ser ativo, inteligente, em lugar de uma máquina de crer”.

Allan Kardec (*Revista Espírita*, fevereiro, 1867)

A CEPA - Associação Espírita Internacional e o Centro de Pesquisa e Documentação Espírita (CPDoc) têm a honra de apresentar ao público espírita e não espírita a ***Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI***.

A primeira série da ***Coleção Livre-Pensar*** tem por finalidade apresentar, de forma sintética, porém sem prejuízo da precisão conceitual, os posicionamentos teóricos do chamado espiritismo laico e livre-pensador, que tem se desenvolvido em diversos países, nas Américas e na Europa nos últimos anos.

Editada em quatro idiomas - português, espanhol, inglês e francês -, visa a uma divulgação o mais abrangente possível do espiritismo laico e livre-pensador.

Essa perspectiva tem se caracterizado por ser um outro olhar sobre o espiritismo fundado por Allan Kardec em 1857, a partir da publicação de sua obra magistral, *O Livro dos Espíritos*, e de sua institucionalização e popularização em várias regiões do planeta.

À medida que foi se disseminando, o espiritismo submeteu-se a processos de absorção e miscigenação, ao conjunto de saberes e às práticas religiosas e sociais próprias do contexto histórico e cultural de cada país e de cada época.

Em alguns países, como o caso do Brasil, por exemplo, o processo histórico e cultural de feitiço católico encontrado pelo espiritismo resultou na formação de mais uma religião de caráter cristão, em prejuízo dos princípios de racionalidade e livre pensamento propostos por Allan Kardec nos primórdios do espiritismo.

Este fenômeno do sincretismo tem ocorrido com o espiritismo em outros países tornando-o uma religião menor, deslocando-o de seu natural posicionamento epistemológico, e fazendo com que perca seu potencial de abrir perspectivas para o

campo do conhecimento, em especial para as áreas da ciência e da filosofia.

Daí a necessidade, para os espíritas reunidos em torno da CEPA e do CPDoc, de uma releitura do pensamento espírita, na tentativa de resgatar a generosa proposta de Allan Kardec, que buscava construir uma filosofia espiritualista, laica, livre-pensadora, humanista e progressista, características fundamentais para que o espiritismo pudesse acompanhar o progresso do conhecimento, da ética e da espiritualidade no mundo contemporâneo.

A *Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI* pretende, portanto, apresentar ao leitor alguns temas fundamentais do espiritismo sob a perspectiva desta releitura, visando, com isso, ao esclarecimento do público espírita em geral e daqueles que se interessam pela temática espírita.

Apresenta e desenvolve, nesta série 1, um conjunto de temas fundamentais, que permitirão uma compreensão abrangente deste olhar contra-hegemônico ao pensamento predominante nos movimentos espíritas do Brasil e do mundo, sendo que tal olhar está proposto dentro do maior espírito de alteridade possível.

Todos os temas foram desenvolvidos a partir de uma abordagem que procurou a clareza, a concisão

e a precisão, visando trazer informações introdutórias fundamentais sobre o espiritismo e o movimento espírita, na perspectiva laica e livre-pensadora.

A *Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI* tem ainda o objetivo de oferecer aos estudiosos e divulgadores do espiritismo, bem como àqueles que se dedicam à organização de cursos, palestras e coordenação de grupos de estudos, um material de referência e apoio às atividades didáticas realizadas nas associações espíritas em geral.

Acreditamos que esta iniciativa ajudará a contribuir com o sadio debate sobre temas importantes do espiritismo, fazendo com que todos nós possamos amadurecer nossas reflexões sobre esta transcendental filosofia espiritualista fundada por Allan Kardec.

Os autores desta Série I – Temas Fundamentais – da *Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI* são intelectuais originários dos movimentos espíritas da Argentina, Brasil, Espanha, Porto Rico e Venezuela que desenvolveram os temas a seguir:

- **O espiritismo na perspectiva laica e livre-pensadora**

Milton Rubens Medran Moreira (Brasil) e
Salomão Jacob Benchaya (Brasil)

- **A imortalidade da alma**
David Santamaria (Espanha)
- **Mediunidade: intercâmbio entre dois mundos**
Ademar Arthur Chioro dos Reis (Brasil) e
Yolanda Clavijo (Venezuela)
- **Reflexões sobre a ideia de Deus**
Ricardo de Moraes Nunes (Brasil) e Dante López
(Argentina)
- **Reencarnação: um revolucionário paradigma
existencial**
Mauro de Mesquita Spínola (Brasil)
- **A evolução dos espíritos, da matéria e dos
mundos**
Gustavo Molfino (Argentina) e Reinaldo Di Lucia
(Brasil)
- **Espiritismo, ética e moral**
Jacira Jacinto da Silva (Brasil) e Milton Rubens
Medran Moreira (Brasil)
- **Allan Kardec: o fundador do espiritismo**
José Arroyo (Porto Rico) e Matheus Laureano
(Brasil)

O espiritismo, nas palavras do importante escritor e filósofo espírita brasileiro José Herculano Pires, ainda é o “grande desconhecido”. Ainda pairam sobre ele as sombras da incompreensão, que impedem que se veja seu brilho original enquanto proposta filosófica inédita que desvela os horizontes do Espírito sob os parâmetros das conquistas do pensamento moderno, que enfatiza a importância da razão e dos fatos.

A *Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI* pretende, portanto, jogar algumas luzes na proposta filosófica espírita, com a finalidade de aclarar o seu entendimento por parte de espíritas e não espíritas e também com vistas a resgatar seu potencial revolucionário de contribuição para uma nova visão do ser humano e do mundo.

Trata-se de uma tarefa ousada, porém necessária.

Ademar Arthur Chioro dos Reis

Mauro de Mesquita Spínola

Ricardo de Moraes Nunes

Organizadores

CEPA – ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA INTERNACIONAL

Nesta *Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI*, a CEPA se revela nos diversos volumes que compõem a Série 1, que trata dos temas fundamentais do espiritismo, bem como naqueles que seguirão e versarão sobre questões atuais e de igual importância para a vida em sociedade.

A CEPA – Associação Espírita Internacional, nasceu em 1946, na Argentina, fortemente influenciada pela tradição livre-pensadora surgida no movimento espírita espanhol, logo após o advento da Filosofia Espírita na França, em meados do século XIX, sob a direção de Allan Kardec.

Espíritas argentinos, cuja principal característica era a defesa do caráter progressivo, laico e livre-pensador do espiritismo, tiveram papel preponde-

rante na base do pensamento que sempre norteou os integrantes da CEPA.

Desde a sua fundação, a CEPA, inicialmente denominada Confederação Espírita Pan-americana, vem trabalhando pela construção e a consolidação da natureza filosófica e científica do espiritismo, tal como anunciado pelo seu próprio fundador, Allan Kardec.

Como intérprete do espiritismo original, define-o como **“ciência que trata da natureza, origem e destino dos espíritos, bem como de suas relações com o mundo corporal”** e como **“filosofia espiritualista de consequências morais”**.

Sua natureza hoje é de uma Associação Espírita Internacional, integrada por pessoas e instituições espíritas dos diversos continentes. Caracteriza-se por ser um agrupamento de pessoas e instituições em torno do mesmo ideal livre-pensador, que não compactua com organizações verticais e autoritárias no âmbito do movimento espírita.

Os seus principais objetivos são:

- a) promover e difundir o conhecimento do espiritismo, a partir do pensamento de Allan Kardec, sob uma visão laica, livre-pensadora, humanista, progressista e pluralista;
- b) promover e estimular esforços voltados à atualização permanente do espiritismo;

c) promover a integração entre espíritas e instituições espíritas de todos os continentes que se identificam com os mesmos objetivos.

Valorosos estudiosos e pensadores reunidos em torno da CEPA vêm ampliando o alcance da Filosofia Espírita, somando esforços para restabelecer o seu sentido progressista original, lamentavelmente minimizado quando adquire equivocadamente a concepção de uma doutrina religiosa.

O espiritismo, sem adjetivos, é uma filosofia universalista com potencial libertador, motivo do comprometimento da CEPA com seus postulados originais, respeitado o contexto histórico vigente ao tempo do seu nascimento.

A associação de pessoas em torno do estudo do espiritismo, em sua mais lídima expressão, tem servido para o engrandecimento da própria filosofia espírita, que a todos pode servir independentemente de suas crenças e visões de mundo.

Em homenagem ao trabalho e à dedicação dos autores, deixo um convite carinhoso ao leitor para ler e analisar criticamente as contribuições, como um autêntico livre-pensador.

Jacira Jacinto da Silva
Presidente da CEPA

CPDOC – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO ESPÍRITA

O CPDoc é, atualmente, um dos mais antigos centros de pesquisa do espiritismo em funcionamento no Brasil. Seu principal objetivo é o desenvolvimento e a divulgação de estudos e pesquisas com temática espírita, utilizando metodologia adequada para cada tema e contribuições das várias áreas do conhecimento. Busca, assim, contribuir para o aprimoramento do conhecimento como um todo e do espiritismo em particular.

O CPDoc nasceu em Santos (SP) no ano de 1988, fruto do sonho de jovens interessados em incrementar os estudos espíritas. Hoje possui participantes de vários estados brasileiros e de outros países. Os trabalhos são divulgados através de seu portal, em livros, nos órgãos da imprensa e em diversos eventos,

especialmente no Simpósio Brasileiro do Pensamento Espírita e nos Congressos e Conferências da CEPA, entidade à qual aderiu no ano de 1995.

Até o presente momento, o CPDoc tem em seu acervo os seguintes livros publicados ou a publicar:

- **Magnetismo e vitalismo e o pensamento de Kardec**, de Ademar Arthur Chioro dos Reis
- **Um Blues no meio do caminho**, de Paulo Cesar Fernandes
- **Centro espírita: uma revisão estrutural**, de Mauro de Mesquita Spinola
- **Teleco**, de Geraldo Pires de Oliveira
- **Igualdade de direitos e diferença de funções entre o homem e a mulher**, de Marissol Castello Branco
- **Mecanismos da mediunidade: Processo de comunicação mediúcnica**, de Ademar Arthur Chioro dos Reis
- **Criminalidade: educar ou punir?**, de Jacira Jacinto da Silva
- **Ensaio sobre o Humanismo Espírita**, de Eugênio Lara
- **Os espíritos falam: Você ouve?**, de Wilson Garcia

- **Doca e o menino - O laço e o silêncio**, de Wilson Garcia
- **Perspectivas contemporâneas da reencarnação (autores diversos)**, organizado por Ademar Arthur Chioro dos Reis e Ricardo de Moraes Nunes
- **Os livros dos espíritos**, de Luís Jorge Lira Neto
- **Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI (autores diversos)**, organizado por Ademar Arthur Chioro dos Reis, Mauro de Mesquita Spinola e Ricardo de Moraes Nunes

O CPDoc possui também uma linha de cursos on-line, que apresenta o espiritismo com visão laica e livre-pensadora, utilizando modernas técnicas de educação a distância.

Todos os interessados em pesquisa podem participar do CPDoc, bastando que conheçam os fundamentos do espiritismo e sejam apresentados por integrantes do grupo.

Informações, trabalhos publicados, eventos promovidos pelo CPDoc e os cursos on-line estão disponíveis no portal do grupo:

<http://www.cpdocespirita.com.br>.

Wilson Garcia
Presidente do CPDoc

PREFÁCIO

Na época em que Kant formulava, no final do século XVIII, seu conhecido apelo à regra da razão (*Sapere aude*: ouse pensar!) ele estava apresentando a mais completa síntese do espírito do Iluminismo como uma manifestação de uma vontade revisionista de toda a bagagem cultural de seu tempo e de um impulso renovador que desafiaria os pressupostos ideológicos e o sistema de crenças que até então sustentava os andaimes mentais do Ocidente. Era uma nova maneira de ver o mundo iluminado pelos raios da razão. Daí a metáfora da luz que sustenta o termo espanhol e português “Ilustração” e que podemos encontrar em outras versões como o francês “*Esprit des Lumières*”, o inglês “*Enlightment*”, o alemão “*Aufklärung*” ou o italiano “*Iluminismo*”.

O pensamento iluminista tinha como ideia central uma confiança extraordinária no progresso e

nas possibilidades dos seres humanos de dominar e transformar o mundo, e na exaltação da capacidade da razão de descobrir leis naturais e servir de guia para a pesquisa científica. A partir dessas premissas, defendeu a posse de direitos naturais invioláveis, entre os quais se destacava a liberdade contra o poder absolutista e a rejeição das formas religiosas dominantes baseadas no Deus punitivo da Bíblia, que substituíram por uma versão deísta e tolerante. As teses ilustradas encontraram expressão no campo da política, por meio de uma proposta liberal-democrática baseada na separação de poderes baseados em um contrato social de todas as vontades individuais como base da soberania e do direito; no campo da economia através da promoção da atividade comercial e industrial gratuita; e na educação como motor do progresso dos indivíduos e da sociedade em seu todo.

Cientes desse episódio transcendente e de outros que o precederam, os autores deste livro, Jacira Jacinto da Silva e Milton Medran Moreira, tomaram esses eventos como dados essenciais para examinar a origem e configuração doutrinária do espiritismo, a partir do trabalho fundamental do grande pensador francês Allan Kardec. Não o entender dessa forma foi o que levou muitos de seus seguidores a supor ou imaginar sua aparição na França, em meados do

século XIX, como uma espécie de revelação mágica, mística ou sobrenatural.

Nada mais apropriado e oportuno do que a abordagem séria e objetiva contida neste livro, assumida por este par de notáveis estudiosos da doutrina kardecista, ao mesmo tempo em que excelentes profissionais das ciências jurídicas, apresentando em suas características essenciais a concepção espírita da moralidade e ética, uma questão complexa com contornos muito diferentes, que conseguem transmitir através de uma linguagem compreensível e ao alcance dos leitores. Reconhecidos pensadores laicos, humanistas e progressistas, inequivocamente identificados com os princípios e valores do espiritismo, Jacira e Milton usam as fontes mais legítimas para apoiar suas considerações e propostas, começando, é claro, com Kardec e sua obra capital *O Livro dos Espíritos*, a que frequentemente se referem, em especial à Parte Três, que trata das chamadas Leis Morais, e que eles chamam com toda a propriedade de “um tratado de ética” ao qual reconhecem toda a validade e realidade. Também se apoiam em citações de espíritas de diversos períodos, altamente qualificados, como Manuel Porteiro, Gustavo Geley, Herculano Pires, Deolindo Amorim, Jaci Regis, David Grossvater, Ney Lobo, Dora Incontri, Wilson García,

Ademar Chioro dos Reis, Reinaldo Di Lucia, Paulo Henrique de Figueiredo, entre outros.

Cientes de que ética e moral são termos que diferem do ponto de vista da reflexão filosófica, nossos autores preferiram tratá-los como se eles fossem equivalentes em atenção ao seu propósito essencial de deixar bem claro que o espiritismo, como uma filosofia científica, oferece comprovações e reflexões sobre a imortalidade e evolução contínua do ser humano em processos sucessivos reencarnatórios, completa-se em uma chamada para uma transformação consciente à prática do bem, de solidariedade e amor, no quadro de um processo histórico e espiritual em que o progresso moral e o progresso social se interrelacionam e se fecundam permanentemente.

Este formidável trabalho que integra a Coleção Livre Pensar promovida pela Cepa, constitui uma contribuição muito valiosa para a compreensão da autêntica dimensão moral e ética da proposta espírita, reafirmando sua essência laica, livre-pensadora, autônoma, humanista, progressista e progressista.

Como bons livros, agora será lido com prazer e sempre consultado com grande benefício.

Jon Aizpúrua

Psicólogo, economista, professor universitário, escritor e conferencista venezuelano, ex-Presidente da CEPA.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Executivo da CEPA – Associação Espírita Internacional pelo apoio incondicional ao projeto da Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI;

Aos membros do Centro de Pesquisa e Documentação Espírita (CPDoc) pela leitura crítica e sugestões que permitiram qualificar o nosso trabalho;

A Salomão Jacob Benchaya pela revisão ortográfica;

A Magda Selvera Zago pelo projeto gráfico, capa e diagramação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. UM POUCO DE HISTÓRIA	23
1.1 Moral: convenção, razão ou revelação?	23
1.2 O cristianismo e a moral	27
1.3 O Iluminismo e a Moral Laica	31
CAPÍTULO 2. MORAL E ÉTICA - A RELAÇÃO COM O ESPIRITISMO	34
2.1 A dimensão ético-moral do espiritismo	34
2.2 Moral e ética: seus significados	36
2.3 Lei Divina ou Natural e sua consonância com o Direito Natural	38
2.4 E o “ensino dos espíritos” onde fica?	45
2.5 Espiritismo – terceira revelação?	48
2.6 Um saber comprometido com a liberdade	51
CAPÍTULO 3. ÉTICA E MORAL, MORALISMO E MORALIDADE	55
3.1 Retomando os conceitos de ética e moral	56

3.2 Moral e moralismo	63
3.3 Moralismo e fé	72
3.4 Moralidade decorrente da liberdade	74
CAPÍTULO 4. ESPIRITISMO E AS LEIS MORAIS	80
4.1 Construção de um novo paradigma	81
4.2 Ética em nós	85
CAPÍTULO 5. ÉTICA, MORAL E QUESTÕES ATUAIS	93
5.1 Superação do padrão dicotômico certo/errado	97
5.2 Pautas sociais - um olhar espírita livre e plural	99
5.3 Direitos humanos	122
5.4 Ética em permanente construção	127
5.5 Ética e alteridade	132
5.6 Nem penas, nem castigos	137
CAPÍTULO 6. SER ÉTICO = SER FELIZ	145
6.1 Razão e Felicidade	145
6.2 Espiritismo e transformação	151
6.3 Um sentido para a vida	152
CAPÍTULO 7. PROPOSIÇÃO FINAL DOS AUTORES	156
INDICAÇÕES DE LEITURAS DE INTERESSE	160
INDICAÇÕES DE SITES DE INTERESSE	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162
SOBRE OS AUTORES	170

1 UM POUCO DE HISTÓRIA

Milton Rubens Medran Moreira

Este livro, cuja criação compartilho com Jacira Jacinto da Silva, tem o propósito de expressar o pensamento espírita, pelo enfoque laico, livre pensador, progressista, humanista, pluralista e genuinamente kardecista. O trabalho focará as questões éticas e morais e suas conexões com a Filosofia Espírita.

1.1 Moral: convenção, razão ou revelação?

Para todos os espíritas – sejam eles religiosos ou laicos -, o conteúdo moral ou ético do espiritismo assume, indistintamente, importância fundamental. Não há divergências nesse campo: o espiritismo

é uma proposta que convida o ser humano a uma contínua e progressiva transformação moral. Seu próprio fundador, como se destacará mais adiante, conceituava-o como uma **filosofia de consequências morais**.

A “Coleção Livre-Pensar”, da qual este opúsculo é parte integrante, objetiva, no entanto, assinalar algumas distinções acerca das fundamentações teóricas assumidas por um e outro desses dois segmentos. A temática deste trabalho, moral e ética, presta-se à demonstração de que, mesmo tendo sido assimilado por grande parte de seus seguidores como uma religião (diferentemente do segmento que traz a público esta coleção), o espiritismo tem um conteúdo ético-moral firmemente ancorado em posições filosóficas de forte tradição histórica.

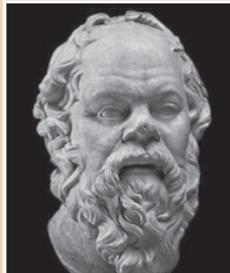
Para, brevemente, situar os leitores no âmbito das diferentes reflexões sobre moral e seus fundamentos, pensei em formular algumas indagações que sempre intrigaram o ser humano e, de certo modo, continuam presentes no trato do tema.

Vamos, então, às perguntas:

O agir humano para ser considerado certo ou errado, correto ou incorreto, depende apenas de convenções humanas, como sustentavam, por

exemplo, os sofistas, no chamado período clássico da filosofia grega?

Para Sócrates (469-399 a.C), diferentemente dos sofistas, o bem e o mal não são simples convenções humanas, têm natureza racional.



Ou, ao contrário, como defendeu Sócrates (469-399 a.C), em oposição ao relativismo sofista, o bem tem natureza racional, depende do conhecimento e, fundamentalmente, do “conhecimento de si mesmo”, enquanto o mal resulta da ausência de conhecimento? Nesse último caso, valeria dizer que a virtude se identifica com a sabedoria e o vício com a ignorância.

Admitindo que o senso do bem e do mal é de ordem racional (e não meramente convencional, como disseram os sofistas), é de se fazer outras duas perguntas:

Em que momento essa consciência do bem e do mal passou a ter sede na chamada razão humana?

Mais: como e por quem foi ali implantada?

Juntando tudo isso, somos levados ainda a outras indagações:

Será mesmo que a questão do bem e do mal pode ser apreendida pela razão humana?

Está ela capacitada para tanto ou isso é de origem e competência divinas, sendo determinada por forças supra-humanas, por deuses, por espíritos, por revelações às quais devemos obediência, ainda que contrárias ou incompreensíveis à razão humana?

Na História da civilização greco-romana-judaico-cristã, em que estamos inseridos, esses temas sempre estiveram presentes na avaliação e para os fins da conduta humana, com predominância ora para umas, ora para outras, das hipóteses acima.

Ainda hoje, é possível, grosso modo, situar as formas de abordar a ética e a moral sob perspectivas que tendem a vê-las como categorias de genuíno sentido racional ou, ao contrário, como normatizações provindas de revelações, ou, ainda, como produtos de mera convenção humana (o positivismo normativo, por exemplo) ou, em contraposição, pertencentes a categorias que, por sua natureza, se sobrepõem a quaisquer normatizações positivas, já que presentes na consciência humana e integrantes de uma ordem universal. Falaremos mais especificadamente disso quando abordarmos o direito natural, ou jusnaturalismo, e suas relações com o espiritismo.

Para muitos, ainda hoje, as questões morais são ditadas pela religião e só a esta cabe, em última análise, definir o que é certo e o que é errado. A relação dessas pessoas com a divindade, ou as divindades, assume um caráter de total heteronomia, em contraposição àquilo que a filosofia chama de autonomia humana. Povos ainda existem no mundo em que toda a legislação civil e penal e os próprios costumes familiares e sociais, do tipo como vestir, como e o que comer, como fazer sexo etc., estão contidos em seus livros sagrados.

1.2 O cristianismo e a moral

O próprio cristianismo, fio condutor de processo civilizatório do Ocidente, teve, em diferentes fases de sua história, visões distintas do bem e do mal, logo da ética e do comportamento moral humano, sua origem e natureza.

No período denominado “Patrística”, dos primeiros séculos do cristianismo, do qual Santo Agostinho (354-430) foi o principal mentor, predominou o entendimento de que o ser humano era herdeiro do pecado (o pecado da desobediência motivara a expulsão do primeiro casal do paraíso terrestre). Era, assim, o homem carente de qualquer razão

para avaliar o que seria bem ou mal. Cabiá-lhe, para liberar-se do “pecado original” e alcançar a salvação, obedecer cegamente aos preceitos da Igreja, que, como intérprete da revelação divina, lhe diria o que era certo e o que era errado (ou pecaminoso).

Para os cristãos dos primeiros séculos, o pecado original privava o ser humano de distinguir o bem e o mal.



Para Agostinho, o universo inteiro era constituído de duas realidades: a “civitas divina” (cidade divina) habitada por Deus, seus anjos e santos; e a “civitas terrena”, a Terra, abrigando o que ele chamava de “societas impiorum” (sociedade dos ímpios), extensão da “civitas diabolis” (cidade do diabo). Nenhuma legitimidade, pois, tinham os homens de legislar sobre o bem e sobre o mal. O Estado, como hoje é visto, não existia como poder soberano. A única soberania era de Deus, exercida pela Igreja (teocracia). A ela deviam obediência os governos terrenos.¹

A essa orientação teológica, chamada Patrística, sucederia outra, menos pessimista e severa com relação ao ser humano, a Escolástica, já na Idade Média, quando a teologia cristã, inspirada na filosofia de Aristóteles (384-322 a.C), adotou fundamentos que tentavam conciliar fé e razão. Seu vulto mais importante, que, de igual forma de Santo Agostinho, é considerado um “Doutor da Igreja”, foi Tomás de Aquino (1225-1274). Nesse período, embora a Igreja, fortalecida em seus poderes terrenos, açambarcasse praticamente todas as fontes de produção de conhecimento, já se delineavam os fundamentos do Estado como ente soberano e regulador das relações humanas. A teologia cedia espaço à filosofia, malgrado esta fosse tida como serva daquela (“filosofia ancilla theologie”). Para Aquino, o único legislador da moral a ser adotada pelos homens era Deus que a promulgara mediante o que o teólogo chamava de “lex aeterna”: lei eterna, imutável e válida para toda a humanidade, em todos os tempos. Concomitantemente, entretanto, reconhecia a existência de uma “lei natural”, que Deus havia implantado no intelecto humano e que continha os principais fundamentos da lei eterna, já que esta, na sua inteireza, não estava ao alcance da razão humana. Abaixo das leis eternas e das

leis naturais, ambas categorias de origem divina, poderiam, sim, ser promulgadas “leis humanas”. Mas estas estariam, necessariamente, submetidas, por ordem de prioridade, às leis eternas e às leis naturais. Assim, se as leis humanas contrariassem as leis eternas e as naturais, o homem deveria seguir estas últimas, sempre concedendo prioridade às leis eternas, mesmo que totalmente divorciadas da razão. Assim, na hipótese de haver conflito entre um impositivo da lei natural e os preceitos das leis eternas, interpretados estes pela Igreja, o ser humano devia obediência, sempre, às leis eternas.²

Vê-se, dessa forma, que, mesmo diante do avanço da descoberta de um elemento crítico racional, no ser humano – a lei natural, prevalecia, ainda, a fé sobre a razão regulando o comportamento humano.

A essa altura, poderá o leitor perguntar: mas o que isso tudo tem a ver com a ética ou a moral adotada pelo espiritismo, uma filosofia surgida tanto tempo depois, no Século XIX?

Na verdade, tem muito a ver. Para que se possa minimamente entender o verdadeiro caráter ético ou moral da filosofia espírita, uma doutrina humanista e evolucionista, é sumamente importante acompanhar a evolução sofrida pela visão que a cultura ocidental

e cristã desenvolveu ao curso destes séculos e que teve suas origens ainda antes de Jesus, na Grécia, passando, depois, pela história do cristianismo, em todas as suas fases, e se aprimorando no Iluminismo que venceu as trevas da Idade Média e criou o ambiente propício ao desenvolvimento do espiritismo, visto este, especialmente, sob uma ótica arreligiosa, laica e fundada numa filosofia racional, a partir da ideia central da realidade do espírito e sua prevalência sobre a matéria.

VOCÊ SABIA?

A compreensão das ideias do Iluminismo europeu é fundamental para entender por que a moral espírita tem natureza essencialmente laica e não religiosa.

1.3 O Iluminismo e a moral laica

Com efeito, o que a História denominou Iluminismo marca a nova forma do pensar humano que irá caracterizar a chamada Idade Moderna. O movimento do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, dá uma nova feição à moral. De genuinamente religiosa que era na Idade Média, a moral assume, agora, um caráter laico, humano. Sem que a discussão fosse centralizada na questão da existência ou não de

Deus, firma-se, no entanto, o entendimento de que os valores éticos - tratados na área da filosofia com a denominação de axiologia -, provêm da própria consciência humana e não da vontade de Deus ou de suas revelações. Teses diferentes, mas todas centradas no homem (daí a expressão "humanismo", para caracterizar esse movimento), buscam explicar a gênese e a natureza da moral humana. Assim:

Para uns, a moral está contida nas chamadas "leis naturais" das quais os filósofos gregos já haviam tratado. Daí o que se chamou de jusnaturalismo, ou seja, a existência de um direito natural que deve presidir todas as normas do direito positivo dos povos, ou seja, aquele que é legislado.

Para outros, os empiristas, a moral está baseada no interesse humano no sentido da busca da felicidade e afastamento da dor.

Finalmente, para grande parte dos filósofos iluministas, também reavivando teses vindas dos filósofos gregos, a moral é uma consequência, uma imposição mesmo, da razão. O racionalismo aliado ao empirismo, moderna síntese filosófica da qual Immanuel Kant (1724-1804) seria o grande representante, termina por desvincular a moral da religião para situá-la, predominantemente, na

consciência do ser humano e na sua experiência criadora. Isso, justamente isso, se constitui no ponto central do pensamento moderno, onde está inserido o espiritismo.³

*Immanuel Kant (1724-1804)
desvinculou a moral da religião, para
situá-la no âmbito da consciência.*



Entenda-se, assim, porque era necessária mesmo essa brevíssima síntese histórica do pensamento filosófico na cultura ocidental e cristã, para a breve análise que pretendemos fazer sobre a ética e a moral, vistas na perspectiva espírita, uma doutrina surgida no Século XIX, quando as ideias iluministas já se sedimentavam no continente europeu.

A propósito, até aqui, falamos indistintamente em ética e moral. Serão esses termos sinônimos?

Pretendemos abordar isso no capítulo seguinte, a partir, especificamente, da proposta espírita, sistematizada por Allan Kardec, ao publicar *O Livro dos Espíritos*, no ano de 1857.



2 MORAL E ÉTICA - A RELAÇÃO COM O ESPIRITISMO

Milton Rubens Medran Moreira

2.1 A dimensão ético-moral do espiritismo

“A Ciência e a Filosofia espíritas encontram seu complemento na Ética espírita. Não basta que conheçamos os fundamentos dessa Doutrina, é imprescindível que os mesmos se inter-relacionem e se integrem à nossa vida, dentro de um processo que nos impulse para uma permanente transformação moral, no âmbito íntimo, pessoal, assim como no familiar e social”.

O trecho acima, extraído da obra *Os fundamentos do espiritismo* de Jon Aizpúrua⁴, lembra preciso

conceito exposto por Allan Kardec, em “Conclusão” de *O Livro dos Espíritos*. Ele advertia, ali, que há diferentes níveis de adesão às propostas espíritas. A primeira delas é, simplesmente, a de crer nas manifestações dos espíritos, ou seja, a de aceitar o espiritismo como “uma ciência experimental”. A segunda é a capacidade de perceber que daquelas manifestações defluem “consequências morais”. E, finalmente, a terceira é a que conduz o sujeito a praticar ou, pelo menos, a se esforçar no sentido de “praticar essa moral”.⁵

Daí outra importante observação feita por Kardec no livro *O Evangelho segundo o espiritismo*, obra que tem por objetivo estabelecer a conexão entre a mensagem moral de Jesus de Nazaré e aquela ínsita na doutrina espírita:

*“Reconhece-se o verdadeiro espírita por sua transformação moral e pelos esforços que faz para domar suas más inclinações”.*⁶

Já dá para ver, por esses conceitos fundamentais, que o espiritismo, apesar de haver sido classificado por seu fundador como uma “ciência que trata da natureza, da origem e do destino dos espíritos e de suas relações com o mundo material”⁷, só ganha efetiva identidade e dimensão doutrinárias a partir de suas consequências ético-morais e,

particularmente, a partir da ação humana concreta, sintonizada com aqueles valores. Aliás, foi o próprio Kardec que, como preâmbulo da conceituação acima, consignou, no mesmo livro:

“O espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática, ele consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os Espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que decorrem dessas mesmas relações”.⁷

2.2 Moral e ética: seus significados

Allan Kardec usou com frequência as expressões “consequências morais” ou, simplesmente, “moral” para destacar os efeitos práticos do agir humano que, necessariamente, defluiriam do conhecimento espírita. Poderia, ao invés dessas expressões, ter utilizado o termo “ética”, mais empregado no âmbito da filosofia, para designar esse conjunto de valores (axiologia) a que o ser humano é conduzido no seu processo evolutivo, por via de seu desenvolvimento racional e cognitivo.

De fato, à apreciação desses valores, no plano teórico, tem-se dado a denominação clássica de ética, tema objeto das preocupações dos filósofos de todos os tempos, dos gregos aos nossos dias. Podemos

dizer, a partir dessa constatação teórica, que a ética tem caráter especulativo, objeto que é do estudo da própria natureza humana e seu agir no mundo. Enquanto isso, a moral, na medida em que vista como orientadora dos atos comportamentais humanos, conferindo-lhes atributos de licitude ou de ilicitude, tem características normativas. Sinteticamente, pode-se dizer que a ética é a reflexão da moral.

A palavra moral serve, também, vista sob outro ângulo, para designar os costumes dos diferentes povos, sua cultura, os hábitos comportamentais que os distinguem dos outros, provindos de suas crenças, de seus mitos, de suas tradições religiosas, de seu tempo histórico e respectivo espaço geográfico ocupado. Daí sua origem semântica: **mos/mores** (costume, em latim).

Kardec, obviamente, não desconhecia essas nuances semânticas ora aproximando, ora diferenciando os termos ética e moral. E assim, dando maior relevância às características comuns entre ambas as expressões, teria preferido a palavra “moral”, talvez, mesmo, para melhor ser compreendido por todos, já que o objetivo de sua obra, de nítido caráter pedagógico, era atingir todos os níveis de compreensão humana. Fazia isso – convém recordarmos sempre – na fase da História

do Ocidente em que as normas comportamentais humanas ainda transitavam do âmbito religioso (a chamada “moral cristã”) para uma concepção derivada de uma ética humanista, calcada na razão, na experiência humana e em sua autonomia.

No capítulo que se segue a este, Jacira Jacinto da Silva, coautora desta publicação, faz mais algumas considerações sobre os significados de ética e de moral, sublinhando, no entanto, que aquilo que tratamos como moral, em termos espíritas, não pode, jamais, ser confundido com “moralismo”. Este implica numa visão deturpada da verdadeira ética humana, natural, provinda de valores universais e confortadas pela razão. Expressa-se em imposições rígidas do que pode e do que não pode ser feito. Já, a moral de que trata o espiritismo é aquela que Allan Kardec e seus interlocutores espirituais identificaram como contidas nas chamadas leis naturais, às quais *O Livro dos Espíritos* dedica toda sua 3ª Parte, desdobrada em 11 capítulos, contendo 278 questões, com o título geral de “Lei Divina ou Natural”.

2.3 Lei Divina ou Natural e sua consonância com o Direito Natural

É justamente a partir desta expressão “Lei Divina ou Natural”, utilizada pelo fundador do espiritismo

para abordar, em *O Livro dos Espíritos*, a moral, sob o enfoque espírita, que podemos retomar a breve incursão histórica acerca do pensamento humano, na cultura ocidental, feita no capítulo anterior, tentando também dar resposta às indagações lançadas ao início daquele histórico.

Já vimos que a Modernidade, conduzida pelo Iluminismo, deslocou do âmbito da fé, da revelação religiosa, para a razão e a consciência humanas a questão da valoração ética da conduta humana.

Isso ocorreu também na área do Direito, a ciência humana que, fundada nos padrões morais dos povos, legisla sobre o que o Estado entende ser lícito ou ilícito, prescrevendo e aplicando, inclusive, sanções àqueles que violarem suas regras.

Mas se, antes, esse juízo de valor sobre o certo e o errado fundava-se mais nas tradições, nos costumes e nas revelações religiosas de seus povos, agora, a partir de uma visão de nítido caráter humanista, buscam-se esses fundamentos na razão.

O autor deste capítulo tratou mais detidamente desse tema, no livro *"Direito e Justiça - um olhar espírita"*.⁸ Aqui, sucintamente, registre-se o surgimento, no século XVII, da chamada Escola do Direito Natural, liderada pelo holandês Hugo Grocio. Defendia ele a existência de um Direito baseado na

mais íntima natureza humana, consonante com uma ética universal, independentemente de qualquer revelação religiosa, ou mesmo de leis positivas. A ideia não era nova, vinha dos gregos, fora defendida pelos estoicos e, entre os romanos, teve em Cícero um ardoroso adepto. Ganhou, no entanto, status de escola de pensamento, por força do racionalismo da Modernidade. A escola do Direito Natural ou Jusnaturalismo defende que há regras de agir ínsitas na razão humana e, mesmo quando não normatizadas, devem ser obedecidas por todos. Para Grocio, “o Direito Natural existiria mesmo que Deus não existisse ou não se importasse com as questões humanas”.

Para Hugo Grocio, o Direito Natural existiria mesmo que Deus não existisse ou não se importasse com as questões humanas.



Consignei, a propósito, no livro acima referido:
"Será precisamente esse fundamento de direito, que está na natureza e cuja titularidade não mais pertence a divindades, mas ao próprio homem, que vai dar origem aos grandes movimentos

iluministas do século XVIII, desembocando na Revolução Francesa e na Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

O espiritismo, surgido na França do século XIX, em meio a toda essa nova cultura da Modernidade, assimilou filosoficamente, e por inteiro, essa concepção. Quando Allan Kardec, em *O Livro dos Espíritos*, dedica toda sua terceira parte às questões éticas e morais, lhe dá o título geral de “lei divina ou natural”. Diferentemente de Tomás de Aquino, que estabelecia uma hierarquia entre uma e outra, para Kardec lei divina ou natural passam a ser sinônimos:

“A lei natural é a lei de Deus. É a única verdadeira para a felicidade do homem. Indica-lhe o que deve fazer ou não fazer e ele só é infeliz porque dela se afasta.” (5) (questão 614). E, mais adiante, na questão 621, declara peremptoriamente que essa lei está inscrita “na consciência” do ser humano.

Pronto! Com esses conceitos fundamentais, o espiritismo desloca toda a questão do bem e do mal, do certo e do errado, do terreno da revelação para aquele da razão, entendida esta como a aptidão da consciência humana em conhecer a “lei natural” e viver de acordo com ela.

Consigne-se, aqui, que estamos falando de um período pré-freudiano. Nele, a razão, que destronara

a fé, deteria teoricamente o controle dos atos humanos. A psicologia, tal como entendida hoje, dava recém seus primeiros passos e Sigmund Freud (1837-1885) não desbravara, ainda, o vasto mundo do inconsciente. Esses aspectos, no espiritismo contemporâneo, de feição humanista/progressista, são levados em conta. Convidam a conjugar racionalidade com emoção e contribuem muito para conduzir a uma compreensão integral do ser humano, na sua dimensão física/social/racional e psíquica.

Feito esse parêntese, voltemos a situar, historicamente, a adesão da então nascente filosofia espírita às teorias racionalistas da moral e do direito:

Identificando na lei natural a presença de Deus, ínsita na razão humana, a tal ponto de expressar lei divina e lei natural como sinônimos, o espiritismo reafirma seu caráter eminentemente racional, não religioso ou fideísta. Concebendo, por outro lado, o “espírito” como “o princípio inteligente do Universo” (questão 23 de *O Livro dos Espíritos*), a filosofia compartilhada entre Kardec e seus interlocutores espirituais cria o que o pensador Maurice Herbert Jones nominou de “humanismo espiritocêntrico”, ou seja, o que tem sua raiz, sua gênese e seu progressivo desenvolvimento no espírito imortal:

"E assim, como uma flor tardia da primavera iluminista, nascida no solo adubado pelo romantismo de Rousseau e Pestalozzi, surgiu o espiritismo que, com seu "humanismo espiritocêntrico", busca superar, dialeticamente, o conflito entre o pensamento medieval centrado em Deus e o humanismo organocêntrico da renascença e iluminismo".⁹

Maurice Herbert Jones (1929-2021), do Centro Cultural Espírita de Porto Alegre: "o espiritismo adota o humanismo espiritocêntrico".



A presença da lei natural na consciência humana, antes de ser uma graça divina concedida, como pretendia Aquino, para ajudar o ser humano a compreender parte das misteriosas leis de Deus - porque estas, na sua dimensão mais ampla, estariam no âmbito da fé e não da razão -, atesta o imenso potencial do espírito, como fagulha divina, no contínuo processo rumo à perfeição.

No mesmo artigo, Maurice Herbert Jones faz uma excelente síntese da moral concebida pelo espiritismo:

"O grande problema da ética como estudo racional da moralidade se resume em saber se é desejável ser bom e, em caso afirmativo, como pode ser o homem persuadido a ser bom. A esta instigante questão o espiritismo responde com a ideia da evolução e, sobretudo, com os princípios da reencarnação e da causalidade que oferecem substrato racional riquíssimo para a adoção consciente de um modelo comportamental fundamentado na tolerância racial e social, configurando assim a ética natural, sonhada por Sócrates, capaz de construir um sistema de moralidade independente de credos teológicos".

Para complementar essa lúcida síntese, acrescentamos apenas mais um ponto: a lei natural, tal como concebida pelo espiritismo, radicada na consciência do ente racional, emancipada de coações teológicas e inspirada no Direito Natural dos iluministas, tem sua prática estimulada pela convicção de se constituir no caminho rumo à felicidade. A já mencionada questão 614 de *O Livro dos Espíritos*, ao fazer a revolucionária afirmação de que o homem "só é infeliz quando se afasta da lei natural", rompe com a tradição judaico-cristã de que o ser humano, "herdeiro do pecado", estaria destinado à condenação eterna e desta só se libertaria pela "graça" de um "redentor" e desde que observados alguns requisitos de ordem ritualística e de submissão à fé.

Ao contrário dessa visão pessimista da teologia, o “humanismo espiritocêntrico”, adotado pela filosofia espírita, vislumbra para o espírito, “criado simples e ignorante” o destino fatal da felicidade, a ser por ele próprio construída, via aquisição do “conhecimento que liberta” e que o impele ao exercício da ética natural.

Vale dizer: só a prática do bem conduz à felicidade.

VOCÊ SABIA?

O espiritismo, inspirado nas ideias iluministas, deslocou a questão da moral do campo da fé para o âmbito da razão.

2.4 E o “ensino dos espíritos” onde fica?

Sendo assim e já que o conhecimento da lei natural está implantado na essência do ser, é de se questionar, a esta altura: qual o valor, então, do ensino moral dos espíritos, apontado, tão amplamente, pela própria doutrina, como sua coluna mestra? Tão relevante essa característica revelacional atribuída ao espiritismo que, inclusive, nas obras básicas de Allan Kardec, é ele ali designado como “terceira revelação”, em complementação às de Moisés e de Jesus.

A pergunta é pertinente e o próprio Kardec, ao se deparar com o conceito formulado pelos espíritos de que a lei natural ou divina está gravada “na consciência” (L.E. q. 621), imediatamente questionou:

“Uma vez que o homem traz em sua consciência a lei de Deus, que necessidade havia de lhe ser ela revelada?” (q. 621-a).

Abre-se, então, um aparente contraste entre racionalidade e revelação.

As questões formuladas na sequência da obra básica da filosofia espírita enfrentam essa provável contradição, justificando a necessidade a que se submete o espírito encarnado de ser, constantemente, recordado e estimulado daquilo que traz em sua consciência para seu aprimoramento moral. Essa missão, explícita a questão 622, é conferida, “em todos os tempos” a “Espíritos Superiores, encarnados com o objetivo de fazer a Humanidade progredir”.

Há óbices que, naturalmente, retardam o progresso moral a que está destinado, por vocação, o ser humano. Dentre eles, os maiores, disseram os espíritos, na questão 785, são o orgulho e o egoísmo.

Curiosamente, esses obstáculos ao progresso moral nascem, precisamente, do progresso intelectual, ao qual também está vocacionado o espírito. Na medida em que este, enquanto encarnado, se

aprimora intelectualmente, “desenvolve a ambição e o amor das riquezas”. Isso o torna orgulhoso e egoísta, num primeiro momento. A pesquisa na busca do conhecimento, no entanto, esclarece-o espiritualmente, fazendo-o compreender acerca da excelência da modéstia e da solidariedade. Os interlocutores de Kardec complementam a explanação afirmando: “É assim que tudo se relaciona no mundo moral como no físico e que do próprio mal pode sair o bem”.

Veja-se, pois, que o processo de evolução dos espíritos, nos sucessivos aprendizados reencarnatórios, é complexo, necessariamente doloroso, lento, e reclama, além da tarefa essencial de caráter individual, o auxílio e a contribuição experiencial daqueles que já superaram fases em que outros se demoram e, assim, podem melhor compreender suas dificuldades. A empatia é sentimento indispensável na prática do amor, da solidariedade e da educação.

As “revelações”, pois, sejam elas situadas no âmbito das religiões ou extraídas das múltiplas experiências da humanidade no campo da ciência, da filosofia, das lições da história nas tantas instâncias do conhecimento, devem ser vistas pelo homem como ensinamentos apropriados a seu grau de desenvolvimento e de progresso moral.

Revelar é descobrir, é aprender a ler e interpretar o grande livro da natureza. O aprendizado dessa leitura dificilmente há de ser feito sem o auxílio de mestres e de guias, o que não substitui o papel central do aprendiz.

2.5 Espiritismo - terceira revelação?

Situar o espiritismo como uma “terceira revelação” pode até ser apropriada metáfora, compatível com a cultura ocidental e cristã, em que estamos mergulhados.

O Antigo e o Novo Testamento oferecem alegorias e ensinamentos que traduzem riquíssima experiência histórica e cultural. Jesus de Nazaré, nesse contexto, é apresentado pelo espiritismo como um “modelo e guia” para a humanidade (q. 625).

Entretanto, o caráter universal das “leis divinas”, nos dizem os espíritos, foi reconhecido e ensinado, ao curso do tempo, por “todos os homens que meditaram sobre a sabedoria” e que, assim, “puderam compreendê-las e ensiná-las, desde os séculos mais remotos. Por meio de seus ensinamentos, mesmo incompletos, prepararam o terreno para receber a semente. Estando as leis divinas escritas no livro da Natureza, o homem pôde conhecê-las quando quis procurá-las. É por isso que os preceitos

que elas consagram têm sido proclamados em todos os tempos pelos homens de bem, e é também por isso que encontramos os seus elementos na doutrina moral de todos os povos saídos da barbárie, mesmo que incompletos ou desfigurados pela ignorância e para superstição”. (q. 626).

Esses claros conceitos adotados pelo espiritismo elevam-no a um patamar que o situa acima de todo e qualquer sistema religioso. Mesmo assim, pelo contexto histórico e cultural onde ele está inserido, há os que o vêem apenas e tão somente como uma nova crença, mais avançada que as anteriormente adotadas, naquele mesmo âmbito cultural.

Nessa perspectiva, meramente linear, o espiritismo pode encontrar raízes na fé judaica e na fé cristã. Só assim pode-se entender o fato de seu próprio fundador tê-lo apresentado como uma “terceira revelação”.

Se visto, no entanto, sob mais ampla perspectiva, necessariamente seus amadurecidos conceitos se ligarão a todos os esforços humanos em prol do conhecimento do homem e do mundo, como muito bem percebeu o escritor espanhol do Século XIX Manuel Gonzales Soriano, ao reconhecer na filosofia espírita “a síntese essencial dos conhecimentos humanos aplicada à investigação da verdade”.¹⁰

*Manuel Gonzales Soriano (1837-1885):
"O espiritismo é a síntese essencial
dos conhecimentos humanos".*



Nessa mesma linha, não seria adequado apresentá-lo como uma "revelação" (muito menos como a terceira delas). Estamos com o pensador espírita brasileiro Reinaldo Di Lucia para quem "não se deve insistir na tese da revelação". Para ele, "os diversos sentidos que se dão a esta palavra só confundem, nada explicam".¹¹

Assim, pois, se visto como uma "revelação", que se reconheça, entretanto, no espiritismo, por inteira justiça, sua imensa capacidade de haver recolhido de múltiplas outras revelações, científicas, filosóficas, históricas e éticas, a essência melhor de cada uma, para oferecer à humanidade um novo paradigma de conhecimento, baseado na imortalidade e na evolução do espírito e seu mais nobre atributo: a razão. Uma razão, como propôs Kant, aliada e enriquecida pela experiência prática.

Passa a ser, dessa forma, um desafio aos espíritas progressistas libertar Kardec e sua proposta filosófica da gaiola espaço/temporal/bíblico/evangélica inserindo-os no amplo e ilimitado campo capaz de dar respostas aos questionamentos do ser humano sobre: Quem sou? De onde venho? Para onde vou?

2.6 Um saber comprometido com a liberdade

Os espíritos que, com Kardec, estabelecem aquele amplo diálogo, de nítido carácter universalista e assectário que resultou na filosofia espírita, não se colocam como intérpretes de uma nova ordem moral, nem retiram a liberdade dos destinatários de sua mensagem em crer ou deixar de crer no que lhes aprouver. Não são conselheiros moralistas, mas concitam-nos a pensar juntos e a, juntos, buscarmos, no livro da natureza, as leis que dela emanam e que são inteiramente consentâneas com a racionalidade que o homem moderno já pôde conquistar.

Nem isso impede, entretanto, que, pelo instrumento natural de mediunidade, base factual da filosofia sistematizada por Allan Kardec, bons e bem-intencionados espíritos se apresentem como conselheiros e socorristas de atribulados encarnados, incapazes ou desacostumados, ainda, de, por si

próprios, buscarem na reta razão, instalada no mais íntimo de suas consciências, o farol que os conduza a estágios de equilíbrio e de felicidade, ao curso de suas experiências encarnatórias. Mas há de imperar, sempre, a responsabilidade de cada um, sua autonomia moral, na construção de seu destino.

Como muito bem assinala Paulo Henrique de Figueiredo, o espiritismo nos oferece “a mais ampla condição de liberdade e responsabilidade individual. O Espírito é árbitro de si mesmo. Quando consciente de seu destino, é ele próprio que planeja seus desafios e escolhe suas provas. Se o sofrimento moral é consequência natural, a felicidade é proporcional à conquista da caridade desinteressada, da sabedoria, permitindo participar da criação divina, contribuindo ativa e progressivamente para a harmonia universal”.¹²

E assim é. O espiritismo é, mais que tudo, a doutrina da liberdade, da autonomia moral, da responsabilidade perante a vida e suas leis presentes na natureza e inscritas na consciência do espírito imortal.

Allan Kardec propôs a seus interlocutores espirituais, na terceira parte de *O Livro dos Espíritos*, desdobrar o estudo das leis divinas e naturais em dez partes, compreendendo as leis de adoração, trabalho, reprodução, conservação, destruição, socie-

dade, progresso, igualdade, liberdade e, por fim, a de justiça, amor e caridade.

Os espíritos acataram essa divisão que lhes pareceu abranger “todas as circunstâncias da vida, o que é essencial”. Ponderaram, no entanto, que essa divisão nada tinha “de absoluta, como não o têm os demais sistemas de classificação” e elegeram como a mais importante de todas a última delas – a lei de justiça, amor e caridade – já que, por meio dela, “o homem pode adiantar-se mais na vida espiritual, visto que resume todas as outras”.⁵ (q. 648).

É assim que, ali, se produz um excelente tratado de ética, abrangendo as grandes questões do tempo em que se estabeleceu esse diálogo entre a humanidade encarnada e a humanidade desencarnada. Em linhas gerais, as questões ali expostas refletem os grandes questionamentos humanos acerca da divindade, da vida, em suas dimensões material e espiritual, das relações sociais, familiares, orientadas por nobres sentimentos de justiça, amor e caridade. Seguem atuais os temas ali desdobrados, mas, à luz de seus fundamentos atemporais, são inteiramente aplicáveis às características de cada época, aos sempre novos desafios com os quais um mundo em constantes transformações sociais, políticas, científicas e tecnológicas se depara.

VOCÊ SABIA?

A filosofia espírita sintetizou todas as grandes leis divinas ou naturais nestes três valores fundamentais: Justiça, Amor e Caridade.

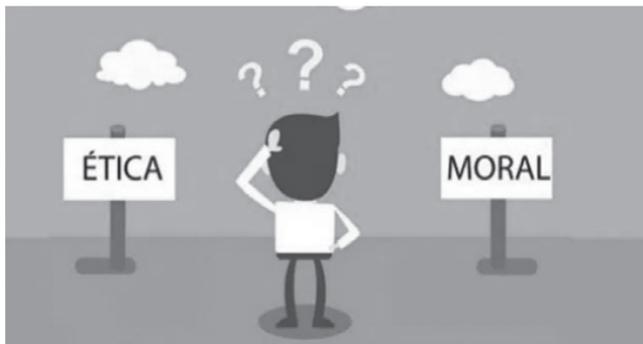
3 ÉTICA E MORAL, MORALISMO E MORALIDADE

Jacira Jacinto da Silva

O conhecimento é a base de sustentação das ações humanas; logo, no saber individual se vislumbra a estrutura de cada ser. Há situações, no entanto, em que o agir no mundo se apresenta, aparentemente, distanciado da cultura e do intelecto do ser atuante.

Este capítulo tem o propósito de analisar algumas das importantes lições apreendidas no estudo espírita e ressaltar a necessidade de que façam parte do cotidiano coletivo. Discute-se a aplicação, na prática, dos fundamentos ético-morais espíritas.

3.1 Retomando os conceitos de ética e moral



Valho-me da definição que Jon Aizpúrua deu ao espiritismo, na qual pretendo fundamentar toda a discussão que me cabe neste livro:

*"(...) é um autêntico saber filosófico, de estilo racionalista e livre-pensador, respaldado sobre uma sólida base científica e que se traduz em imensas conseqüências para a transformação moral e social do mundo."*⁴ (p.37)

Considerarei oportuno refletir também, e logo de início, sobre a seguinte introdução do autor Fabio Renato Villela à sinopse do livro *Filósofos Modernos e Contemporâneos*:

"Vivemos uma época singular e paradoxal. De um lado, o culto à matéria, ao instantâneo e ao superficial; e no outro extremo, pessoas em busca de alguma essência, de alguma transcendência

que ultrapasse o imediatismo e lhes assegure a condição de seres que pensam, sentem e creem.

Geralmente as pessoas buscam essa transcendência em religiões, seitas, ou técnicas místicas que mudam ao sabor dos modismos. Porém, ao verificarem a vacuidade das mesmas, passam a buscar suas respostas em um pensamento mais denso e profundo. Passam a buscar a Filosofia clássica.”¹³

Quiçá possamos contribuir de alguma forma com aqueles que buscam esse saber ancorado na Filosofia.

Para alinhar a construção das ideias, seguem definições de alguns termos.

Moralismo:

Nesse conceito identifica-se um conjunto de regras rigorosas e inflexíveis, muito próprias de quem busca alguma essência no misticismo, nas religiões e nas seitas.

Do Latim “MORALIS” de “MOR-” “MOS” = costumes. O termo “Moral” em sentido amplo é a Teoria que trata dos “Valores” e/ou “Princípios” que governam a conduta dos Seres Humanos.¹³

Segundo Jaci Régis,

*"O moralismo tem sido uma arma de manipulação e controle, que o amadurecimento do Espírito vai derrubando conforme se confere a si mesmo o direito de estabelecer as regras de comportamento."*¹⁴ (p. 114)

Refere-se a uma espécie de distorção da moral, que leva algumas pessoas à imposição de suas crenças pessoais e sua percepção de moralidade. Prática paradoxal que ataca a quem diverge, invariavelmente por atitudes destoantes da moral invocada.

Moralidade:

Essa palavra expressa, ao menos para determinada sociedade, um sentido consolidado de valores.

*Do Latim "MORALITAS". Pode ser entendida como um conjunto de Valores e Princípios de uma Sociedade. Também significa a qualidade, boa ou má, de uma ação, um fato, quando o julgamento se baseia em normas morais vigentes.*³

Ética:

Como este trabalho toma por pressuposto o humanismo e o desafio das relações humanas na trajetória evolutiva dos espíritos, imprescindível

conhecer a belíssima lição de Lévinas sobre ética.

*“O primeiro ponto é que não há ética quando se considera só um indivíduo, não há ética quando construída a partir do Eu considerado protótipo de toda a humanidade. **Acima e antes de tudo, a ética é uma relação primordial.** Esta relação constitui o fato primeiro, é o ôntico frontal sobre o qual pode erguer-se ontológico e que a própria racionalidade supõe e exige (grifo desta autora).”¹⁵ (p. 219)*

Ética ou filosofia da moral pode ser conceituada como a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito dos fundamentos da vida moral.¹⁶

Ainda que o coautor desta obra, Milton Rubens Medran Moreira, já tenha percorrido com muita propriedade no capítulo anterior sobre moral e ética, o tema permeia todo o livro.

A despeito das diferenças existentes e bem identificadas na contemporaneidade sobre esses conceitos, a depender do contexto, as palavras podem emitir significações semelhantes.

Poder-se-ia sintetizar moral/moralidade, especialmente quando utilizada para orientar as ações humanas, num balizamento do que seja considerado lícito ou ilícito, como *“os costumes, regras, tabus*

e convenções; em uma expressão de certa forma comum, normas sociais".¹⁷

Não se identifica, porém, com o autoritarismo ou com o totalitarismo, tampouco contempla a conduta pautada no conhecido e antigo "moralismo". A moralidade espírita, segundo podemos compreender, está contemplada na ética como um valor que se expressa no conjunto do conhecimento humano, em sintonia com valores universais. Por isso mesmo não pode ser estática, ao contrário dos regramentos absolutos e imutáveis contidos no moralismo, os quais não concedem espaço para o *novo*, ou o *diferente*.

Herculano Pires ilumina o estudo do tema:

"(...) [a consciência] reflete em si mesma os anseios naturais de transcendência da alma, que é o espírito individualizado, essência específica do homem. A lei que rege essa essência é a ética, que nas línguas latinas sobrepõe-se tradicionalmente à moral e a controla. Toda a normativa prática da moral é regida pelos princípios teóricos da ética. O conjunto sincrônico ético-moral constitui a consciência."¹⁸ (p. 70)

Essa consciência e a liberdade pertinente à natureza humana permitem à pessoa progredir, repensar, recriar, avançar e, portanto, promover

mudanças significativas, como protagonista de importantes projetos voltados à transformação social. Em sintonia com Herculano Pires, David Grossvater escreveu:

"A ética é uma questão concernente à consciência pessoal na conduta humana, através da qual se desenvolve. A ética não é premissa, mas corolário, consequência de nossas convicções. Por esse motivo, estabeleceu-se como "projeções ético sociais."¹⁹ (p. 25)

A palavra ética aparece, comumente, associada ao estudo fundamentado dos valores morais, filosoficamente construída para, do mesmo modo, conduzir as ações humanas em sociedade. Não se evidencia um caráter normativo, definido como parâmetro inafastável naquele contexto social; ao contrário, induz investigação para permitir melhor compreensão da própria natureza humana e das consequências de sua atuação social.

Em contexto coloquial, "ética" é sempre interpretada como sinônimo de lisura, correção, respeito, "(...) finalidades e valores da ação moral; ideias de liberdade, responsabilidade, dever, obrigação, etc."²⁰ (p. 67) Ética teria sido, por exemplo, a conduta de Descartes, que deixou de publicar um tratado três anos antes por não tê-lo revisado o bastante,

seguro de que não deveria escrever nada capaz de prejudicar qualquer pessoa.²¹ (p. 63)

Na vigência da escravidão, cada possuidor de escravos convivia sem qualquer desconforto com aquela realidade. Naturalmente, escudavam-se na moral então vigente, que considerava legal e legítimo escravizar pessoas.

Como a ética consiste no estudo do conjunto de valores morais de um grupo ou indivíduo, faz sentido inferir que o ideal contrário à escravatura foi-se fortalecendo com o passar do tempo até chegar à completa inversão daquele valor, considerando-se inadmissível, em dias atuais, um ser humano escravizar o outro. Disso se extrai que o amadurecimento ético pressiona a moral vigente.

Mesmo sendo natural que haja, na atualidade, a distinção entre os conceitos de ética e moral, nem sempre foi assim. Muitos filósofos não os diferenciaram no passado. O próprio Kardec adotou a expressão “moral” referindo-se a circunstâncias para as quais teria sido pertinente a utilização da palavra “ética”, como menciona o coautor Milton Medran no Capítulo 2.

Diz o filósofo Fabio Villela:

“É errado pensar que Moral e Ética são sinônimos.

Grosso modo, a Ética é um conceito superior ao de Moral, na medida em que essa última é só a codificação das normas estabelecidas pela Ética."¹³

Assim concluo essa discussão: as ações humanas são direcionadas pelos valores éticos, que no seu conjunto influenciam a moral humana. De outro modo, as ações individuais pautam-se nos mencionados valores.

Para distinguir os dois conceitos dizemos que a ética se relaciona com a essência, estudo racional das escolhas morais para orientar as ações humanas em direção ao bem comum. Já a moral equivale a um código de conduta que impõe sanções, mesmo veladas, vinculando-se à prática diária.

*"Ética é uma planta frágil que temos de regar diariamente, para não a deixar perder vitalidade, perder a capacidade de ir adiante, perder fertilidade."*²²
(p. 15)

3.2 Moral e moralismo

Não são poucos os estudos reveladores dos prejuízos que a obsessão religiosa causou à humanidade. A pretexto de "atender à vontade de

Deus”, o ser humano tem cometido atrocidades, desvirtuando-se da moralidade necessária ao progresso das pessoas e dos grupos sociais. Anota Alberto Cuauhtémoc Mayorga Madrigal, da Universidade de Guadalajara, especialista em Bioética no âmbito social e normativo:

“A história nos deixa amostras precisas dos terríveis ataques contra a humanidade que foram cometidos em nome de posições morais inquestionáveis. Com isso, lembramos o apartheid, o nazismo, a Inquisição ou a queima da biblioteca de Alexandria, apenas para trazer alguns eventos marcantes.”²³ (tradução livre).

Episódios tristes da história foram praticados no âmbito das religiões ocidentais, em nome de Jesus, um dos grandes referenciais de amor para a humanidade. A propósito, o espiritismo admira, aplaude, inspira-se na moralidade de Jesus de Nazaré - homem, cuja vida serviu de marco na história humana, tamanho o seu impacto. Esse é um modelo, como outros (Buda, Rosa Parks, Gandhi, Mandela, Luther King, madre Teresa de Calcutá etc.), não se identificando com o Jesus Cristo, tido por mito cristão e único exemplo de comportamento.

Registre-se, a postura maniqueísta, posicionando pessoas e situações em duas polaridades, exclusi-

vamente - bom e mau, justo e injusto, belo e feio, certo e errado etc.-, está lastreada no moralismo religioso, ou na falsa moral religiosa que, frequentemente, leva a uma espécie de disformidade da moral.

A ideia central que defendemos não ignora a posição de espírito em aprendizagem na qual os habitantes da Terra se encontram, tampouco exige de humanos uma santidade inalcançável. A defesa do pensamento contrário produziria hipocrisia, sendo válido lembrar, no entanto, que nas oportunas ponderações de Deolindo Amorim²⁴ (p. 132), ser espírita exige mais do que verbalizar os conceitos. Espera-se compromisso com os preceitos morais e comprometimento com a filosofia espírita.

O espiritismo propõe orientações seguras para a nossa evolução em *O Livro dos Espíritos*, mais especificamente na sua parte terceira, que trata das Leis Morais. *A leitura, o estudo, a meditação dessas leis morais representam um programa de vida.*²⁵ (p. 127) Entrementes, esse é um caminho e não se pode desconsiderar o momento e as condições em que se encontra cada um dos habitantes do planeta; alguns à frente do nosso tempo; outros com menos descobertas acumuladas. Trabalhoso, porém necessário, é o exercício da empatia, colocar-se no lugar do outro e tentar compreender as suas escolhas.

A liberdade, nesse contexto, assume papel decisivo e preponderante, pois apenas uma espécie de progresso interessa, aquela que se constrói na realidade do ser pensante, respeitando seus limites e suas condições de compreensão.

Até mesmo a lei humana, com todas as suas dificuldades, adota o princípio da culpabilidade proporcional à capacidade de compreensão do ilícito. Na amplitude do conhecimento humano e do progresso embasado na lei natural, não seria coerente pensar de outra forma. Na questão 830 de *O Livro dos Espíritos* consta: *A responsabilidade do mal, porém, é relativa aos meios de que o homem disponha para compreendê-lo.* Nas palavras de Gustavo Geley,

*"(...) tudo quanto nos seja necessário para nosso melhoramento, para nosso avanço ou evolução, deve resultar de nossos esforços pessoais. Assim, pois, nos limites do possível, a moral humana deve deixar livre o indivíduo."*²⁶ (p. 145)

Seria desejável redigir um código de condutas morais a partir da Filosofia Espírita? Claro que não se trata de estabelecer uma "ética" própria. Os seres humanos adquirem moralidade a partir da compreensão dos seus atos, mas a experiência da vida é muito distinta conforme a capacidade de

compreensão de cada indivíduo, havendo um grau infinito de variação na escala evolutiva dos espíritos.

A Filosofia Espírita tem o objetivo de contribuir para a construção de melhores comportamentos, uma sociedade mais justa, desenvolver relações humanas mais respeitadas, solidárias etc. Não obstante, esses valores não podem ser impostos, de modo que, na medida do seu interesse, os indivíduos vão se esclarecendo e ampliando sua capacidade de se melhorarem, promovendo novos padrões comportamentais. Sob a égide da liberdade com responsabilidade, sofremos as consequências naturais dos nossos atos e com isso aprendemos também.

Oportuna nota de Jaci Regis propõe a sintonia com o conhecimento, a adequação de linguagem e de conceitos, sem que isso comprometa a essência da Filosofia: *"A doutrina espírita é capaz de modificar certos conceitos sem perder sua base"*.²⁷ (p. 68)

É a busca do conhecimento e do aprendizado que leva os seres humanos a diferentes estágios evolutivos, justificando-se por isso as diversas visões de mundo. Enquanto preferimos estagiar na ignorância e na preguiça, pela lei natural que nos expõe às repercussões das nossas ações, debatemo-nos em meio à escassa colheita.

A alienação leva à estagnação, atitude da qual não se pode esperar bons resultados. Haveremos de reconhecer que somente por um ato de egoísmo injustificável deveríamos esperar a “boa sorte” por um milagre da natureza.

Com muita clareza, a Filosofia Espírita nos ajuda a desenhar a nossa trajetória a partir das nossas ações, incluindo as realizações pessoais e coletivas.

Também não se cogita, no contexto de uma filosofia libertadora, de um sistema composto por penas e castigos, tampouco de premiação. Essas bases não se encontram no espiritismo, definitivamente, ao menos nesta visão atualizada, humanista e progressista da Filosofia.

Propõe-se, portanto, a superação dos estágios abusivos, privilegiando o investimento no ser humano. Significa que o desafio está na composição de condições favoráveis ao amadurecimento dos espíritos, despertando o interesse geral pelas ações humanizadas, dignificantes, esclarecedoras, altruístas, construtivas e proativas.

Bem por isso, a empreitada é sempre nossa. As condições de vida que experimentamos hoje no mundo são fruto das nossas construções precedentes, não parecendo razoável esperar que apareça um “messias” ou qualquer outro tipo de “salvador da

pátria” e transforme a humanidade, ou extirpe os males presentes na contemporaneidade. Cada pessoa cresce ao seu modo e todas influenciam o coletivo.

A Filosofia Espírita não se coaduna com proposições piegas, adequadas ao falso moralismo que impõe condutas hipócritas. O fanatismo inibe a reflexão, embora muitas seitas religiosas se ancorem na existência de supostos “representantes de Deus”, santos, gurus, pastores, médiuns etc. Crença irracional e cega, já que o planeta Terra dá guarida a espíritos de diferentes níveis evolutivos, não se esperando que haja, aqui, espíritos completamente evoluídos. Sandra Stoll observou:

“A santidade resulta de uma produção social; definida e regrada por convenções, exprime-se como um modo de ser socialmente diferenciado.”¹²⁸ (p. 193)

Uma consequência da afirmativa da autora é que os rótulos nem sempre correspondem ao conteúdo; em outras palavras, diz que esse status não provém naturalmente das ações, mas das convenções. O propósito da Filosofia espírita é impulsionar o entendimento, a compreensão, a mudança, mas sem imposições, distanciando-se do estímulo a comportamentos padronizados e supostamente sacralizados, menos ainda sob a ameaça de condenação depois da morte física.

O legítimo ideal espírita conjuga, na prática, discursos e condutas, mas reconhece que estamos bem longe de atingir esse ideal. Dado o fato de sermos espíritos em evolução, vamos tateando experiências positivas e insistindo muitas vezes nas negativas, mas já sabemos que a distância entre o dizer e o fazer não nos convém.

Mario Sergio Cortella sugere a esperança ativa, induzindo ao *inérito viável* para se fazer o que precisa ser feito e bem-feito. Espíritas egoístas na rotina diária, por ganância ou vaidade, mesmo fazendo doações materiais com o fim de “amenizar a consciência”, ou adquirir “bônus hora”, seguem sendo pessoas egoístas, de nada lhes servindo as práticas aparentes, já que a evolução e o progresso são processos construídos e expressados de dentro para fora.

A proposta espírita sugere edificação permanente, possivelmente lenta, porém sincera e real. A cada um de nós incumbe preocupar-se com os próprios passos e com o progresso coletivo, conscientemente, respeitando o processo e o momento alheios.

Por certo, as ações desrespeitosas e indignas devem ser combatidas, mas há grande diferença entre contrapor-se a ações ou ideias (o que pode e deve ser feito em prol dos valores éticos), e

abjurar pessoas. A principal forma de contribuir para a melhoria coletiva está no esforço cotidiano que fazemos para melhorar nossas ações, viver e experimentar a busca da serenidade e da felicidade que resultam de um comportamento mais ético. Também adotando o devido cuidado para não nos acomodarmos no lugar da omissão, passividade, permissividade ou covardia.

Entretanto, a vida não é linear; ao contrário, por sermos espíritos em evolução e muito distantes da perfeição, às vezes, sequer percebemos os equívocos nos quais estamos incorrendo. Poderíamos, por exemplo, pensar que sonegar impostos seria uma forma de protestar contra os desmandos na administração dos recursos públicos; entretanto mais nos convém lutar para qualificar o padrão de representantes políticos. Nas situações de dúvida, vale sempre lembrar que devemos fazer ao outro o que desejaríamos nos fosse feito em situação semelhante, cuja receita expressa a melhor forma de entendermos o que é justo.

Sem templos, sem bispos ou qualquer outra espécie de missionários (principalmente sem médiuns gurus), sem rituais ou dogmas, o estímulo para ações construtivas faz a efetiva diferença no mundo contemporâneo. Sem apresentar um

personagem que conduza a vida dos outros – detentores de supostas santidades, a Filosofia Espírita impulsiona às realizações pela via da racionalidade.

FALSO MORALISMO

É peculiar do falso moralista exigir dos outros o que ele nunca pode ser

Vantuilo

3.3 Moralismo e fé

Na esteira da discussão sobre o moralismo, bem como de seu confronto com o falso moralismo, oportuno entender a contribuição da fé, invariavelmente vinculada à religião.

Aprendemos ao largo dos anos que seria importante ter fé; aquela que remove montanhas, a que empodera, aquela que, por si só, resolve. Uma lente nova também cabe nesse ponto para desvincular o conceito de fé do moralismo e, com maior razão, do falso moralismo.

Kardec propôs a fé raciocinada. Talvez a concretude desse postulado seja inaplicável, mas o fundador do espiritismo sugeriu, em verdade, viver racionalmente. Que as pessoas tenham fé-confiança/

esperança, racionalmente, nos outros, em Deus, em si mesmas. Que acreditem na capacidade do espírito dotado de inteligência e, portanto, potencialmente municiado de recursos para alcançar o que desejar.

Embora pareça incoerente e contraditório, a ideia é nutrir uma dose de ceticismo, como ocorreu com Kant na sua intensa pesquisa à crítica.

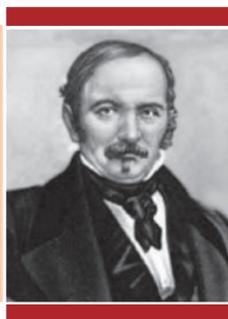
A fé que nos ajuda, portanto, não é a que prostra para “esperar sentado” a riqueza, a saúde, a prosperidade, o amor etc. Muito ao contrário, Kardec invocou a razão por saber que sem o trabalho árduo e a lucidez permanente, o bem não acontecerá. A fé cega atrapalha, ofusca, impede; por outro lado, a dúvida impulsiona. Sendo assim, a crença racional na capacidade humana, na existência de recursos férteis e abundantes na natureza, no talento imensurável do ser humano, proporcionará os avanços necessários.

Induzidas à crença irracional de que poderão alcançar, sem esforço e trabalho, a realização de um sonho, pessoas lotam templos, doam dinheiro, olvidam a ciência, abandonam tratamentos medicinais e atrasam a marcha do seu progresso. Nesse contexto se compreende bem o significado da expressão “o conhecimento liberta”, porque é pressuposto para a transformação. Mais uma vez, é na força da razão que se iluminam os caminhos da humanidade.

Ao discutir a liberdade no próximo tópico, ver-se-ão maiores evidências de que a assunção de responsabilidade se revela mais potente como força criadora, do que a fé cega; em outras palavras, a moralidade que ansiamos se vincula mais à liberdade do que à fé que aprisiona.

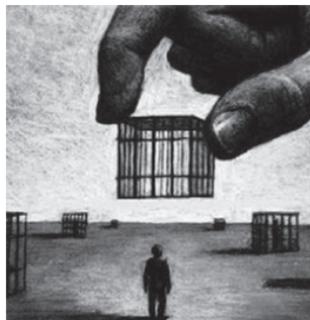
"Fé inabalável é somente a que pode encarar frente a frente a razão, em todas as épocas da Humanidade."

Allan Kardec



3.4 Moralidade decorrente da liberdade

Em "O evangelho segundo o espiritismo", no texto "a afabilidade e a doçura", há interessante mensagem atribuída a Lázaro, de 1861. Referindo-se às pessoas de exterior benigno, porém tiranas domésticas, observou que o despótico pode dizer: "Aqui mando e sou obedecido", mas se esquece de complementar: "E sou detestado."⁶ (p. 163)



Trata-se de uma bela indicação do rumo proposto pelo espiritismo, além de ilustrar com propriedade a que leva o autoritarismo, muitas vezes disfarçado pelo falso moralismo. É desejável que haja respeito, deferência ao líder, ao dirigente, aos pais, às autoridades; mas a Filosofia Espírita não se compadece com nenhum tipo de disciplina forçada, imposta mediante agressão ou violência. Pela educação respeitosa - que reconhece no aprendiz um espírito humano inteligente, com potencial extraordinário de aprendizagem, surgirão atos de sutileza, gentileza, amor, reconhecimento e respeito. Sentimentos e expressões amorosas e respeitosas são emanados de uma consciência liberta, sendo natural que pessoas racionais não respondam positivamente a truculências e imposições. Essas atitudes não produzem efetivas mudanças nos indivíduos e nos agrupamentos coletivos.

Todas as pessoas necessitam ser respeitadas, mas respeito, como todas as conquistas, não nasce pronto, decorrendo sempre de trabalho, estudo, observação, tratamento similar e incentivos. Do mesmo modo que violência gera violência, gentileza produz gentileza. Nesse fundamento se estrutura o entendimento espírita de que fora da liberdade poderá haver hipocrisia, não evolução verdadeira.

Referindo-se a Thomas Paine (1737-1809) como pensador decisivo para estruturar as bases da democracia dos tempos atuais, Mario Sergio Cortella reproduz texto do mencionado autor, que merece reflexão:

*"Quem quer garantir a própria liberdade deve preservar da opressão até o inimigo, pois, se fugir a esse dever, estará estabelecendo um precedente que até a ele próprio há de atingir."*²⁹ (p. 82)

Passadas duas décadas do Século XXI, parece razoável reconhecer que parte considerável da humanidade já não admite mais viver sob censura, truculência e autoritarismo, não se vislumbrando nessas ações a capacidade de produzir bons efeitos.

Neste início do Século XXI tem ocorrido um movimento bem orquestrado em alguns países contra o racismo estrutural. Manifestações racistas, principalmente nos Estados Unidos, mas também em toda a América e Europa, incluindo o Brasil naturalmente, têm desencadeado fortes reações sociais, emanadas de diversos segmentos.

O espiritismo foi escrito na metade do Século XIX e pautou-se, como sói acontecer, pela liberdade, em perfeita conformidade com a proposta de moral progressiva, aberta à reconsideração e à revisão, embasada na racionalidade que abre caminhos para o desenvolvimento da sociedade, em harmonia.

A evolução e o progresso não resultariam de um decreto ou de uma ordem estatal, sendo produto da convivência, do choque de emoções, da adaptação à vida social. Consoante lição de Deolindo Amorim, o progresso moral e intelectual depende, pois, da vida em sociedade.³⁰ (p. 160) Na mesma direção, preconiza Dora Incontri:

"(...) a evolução social interage dialeticamente com a evolução individual, de modo que uma dimensão não poderia realizar-se sem a interação com a outra."³¹ (p. 236)

A história está marcada com sangue, luta e extrema persistência humana para conquistar a liberdade. Os fatos o revelam, desde o histórico movimento negro e feminismo negro³² nos Estados Unidos e a luta contra o apartheid na África do Sul, até expoentes contemporâneos, como a paquistanesa Malala Yousafzai, Nobel da Paz em 2014 e a iraniana Shirin Ebadi, Nobel da Paz em 2003. Fundamental lembrar Gandhi, com sua capacidade extraordinária de realizar campanhas sem violência, tendo sido a grande inspiração de Martin Luther King - maior referência de luta dos negros contra a discriminação racial nos Estados Unidos, pela igualdade e pela liberdade em toda a América.

A propósito, Paulo Henrique de Figueiredo afirma que *"a heteronomia pode ser compreendida como o estado de infância espiritual da humanidade e a autonomia como sendo o estágio de conquista da harmonia social, ou o início de sua maturidade moral"*. Nesse estágio, considera o autor que o dever é assumido por adesão consciente, voluntária e livre, pela compreensão do que é bom e universal. Diz Figueiredo:

*"Regidas pela **moral heterônoma**, as massas agem como zumbis, robôs teleguiados pelas ordens de alguns. (...) Na **moral autônoma**, as leis morais são internas e estão presentes na consciência. Ela se estabelece pelos princípios da liberdade e da igualdade."*¹² (p. 347)

A liberdade figura como combustão imprescindível a impulsionar a ação humana, mas a convivência social, presente na quase totalidade das relações intervivos, a limita. O mesmo direito invocado por um é devido também ao outro, nascendo desse fato a imprescindível necessidade da tolerância. O exercício da alteridade se impõe nas relações humanas, como ferramenta indispensável e recíproca, consideradas a impossibilidade de todos pensarem igualmente e a dificuldade natural dos seres humanos de enxergarem sob a mesma perspectiva.

“Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta. Não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.”

Cecília Meireles (1901-1964)

VOCÊ SABIA?

INSURREIÇÃO DO QUEIMADO, UM MARCO DA LUTA PELA LIBERDADE

O dia 19 de março de 1849 é um dos mais significativos do calendário da cultura negra. Nesta data, aconteceu a Insurreição do Queimado, esse emblemático episódio da história afro-brasileira. E apesar dos escassos registros sobre o assunto, a data é lembrada e celebrada, principalmente, no Estado do Espírito Santo, onde ocorreu o grito de liberdade dos negros escravizados. Para saber mais:



<http://www.palmares.gov.br/?p=9431>

4 ESPIRITISMO E AS LEIS MORAIS

Jacira Jacinto da Silva

Estudar espiritismo, ética e moral, considera como pressuposto a relevância da parte III de *O Livro dos Espíritos* que trata das Leis Morais, já indicadas pelo coautor deste livro no Capítulo 2. Esse trabalho de Kardec pode ser considerado o maior compêndio de lições éticas encontrado no espiritismo, possuindo aptidão para nortear o proceder humano. É certo que a sua aplicação não tem caráter compulsório, porém, ali se encontram excelentes diretrizes para a reflexão do comportamento ético; uma verdadeira bússola segura para quem, deontologicamente, tem a pretensão de melhorar-se.

Observados os conceitos básicos de amor, justiça e caridade, a compreensão das leis do progresso, de igualdade e liberdade, cada um dos tópicos dessa parte de *O Livro dos Espíritos* coloca o estudioso em contato com a essência do espiritismo.

Esse estudo, contudo, não pode se revelar vazio de significado na vida cotidiana. Dele há de resultar reflexão profunda, ação, movimento rumo à modificação das práticas, uma mudança na forma de olhar o mundo e de nele portar-se.

“Reconhece-se o verdadeiro espírita por sua transformação moral e pelos esforços que faz para dominar as más inclinações”.

Allan Kardec (1804-1869)

4.1 Construção de um novo paradigma

O conhecimento da Filosofia Espírita, seu estudo e a aproximação com o pensamento produzido a partir de Allan Kardec, pode conduzir a significativos câmbios nas manifestações humanas. Para além das convicções que a pessoa vai acumulando enquanto se aprofunda na literatura espírita, anseia-se também pela construção de novas propostas para o mundo em que habita.

O entendimento sobre a imortalidade do espírito e a possibilidade de reencarnar tantas vezes quantas sejam necessárias à evolução, melhora a compreensão sobre a importância e o valor das atitudes cotidianas, permitindo repensar todas as formas de expressão da vida. Desde a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, aos maiores projetos científicos em prol da cura de enfermidades graves, as manifestações humanas ganham novo contorno e significado. Interessante a manifestação de Amado Nervo, citado por Jon Aizpúrua:

*"Dentro de alguns séculos quiçá repouses à sombra do carvalho centenário que hoje plantaste."*⁴ (p. 24)

Vendo-nos como espíritos imortais, teremos maior motivação para combater as mazelas humanas, a fome, a desigualdade social, os maus tratos aos animais e à natureza, preconceitos e discriminações. Sabendo que poderemos experimentar posições sociais, identidade de gênero, etnias e outras condições de vida, diversas em novas experiências reencarnatórias, o nosso olhar sobre o que nos parece *diferente* pode se modificar.

Nesse conceito espírita, voltado para o aproveitamento da encarnação como uma etapa da evolução espiritual, não se mostra suficiente engrossar a corrente dos que creem, dos que se dizem

respeitosos (tementes) a Deus e às suas leis, dos que se qualificam como muito estudiosos. O mundo espera por atitudes; cabe-nos a construção de novos paradigmas para o proceder humano, que nos dê esperança, sim, mas que, acima de tudo, nos proporcione a obstinação para **promover** as transformações desejadas.

Em conformidade com as pertinentes lições de Manuel Porteiro, a desigualdade econômica e social, a convivência natural da sociedade com os crimes de exploração, a divisão em classes exploradas e exploradoras, a aceitação pacífica da existência de déspotas e poderosos no domínio e na condução da vida de miseráveis e famintos, não podem ser admitidas como condições necessárias para o progresso do espírito. Repelindo essa tendência, incredivelmente defendida até mesmo entre espíritas, Porteiro condena também a proposta de não eliminar esses problemas sociais, sob o pretexto de não romper a causalidade espírita. Para esse autor, referida postura cheira mais a igreja que a espiritismo; a religião que a filosofia científica.³³ (p. 151)

Importa ressaltar que religião nunca foi sinônimo de ética, de moral ou de bom comportamento. Nesse norte aponta a lição de Alysson Mascaro:

*"As religiões gravitam cada vez menos em termos de um eixo coerente de dogmas, para construírem, cada vez mais, um maquinário de poder que seja pragmaticamente suficiente a múltiplos propósitos de domínio social. Na atualidade, pelas religiões falam menos o interesse da moral intrínseca e mais o interesse da política e do capital."*³⁴ (pp. 19-20)

O espiritismo autêntico está calcado em conceito diverso, não preconizando o sofrimento como condição para haurir felicidade, conquanto dele se extraia, serenamente, a noção de livre arbítrio atrelado à de responsabilidade. Nessa interpretação, a filosofia espírita sugere preocupação com a felicidade das pessoas; reconhece a possibilidade de elas edificarem caminhos menos tortuosos, processos edificantes, superação solidária e coletiva; desvendando, enfim, um horizonte positivo, promissor, esperançoso.

A encarnação pode e deve ser encarada como oportunidade de produzir felicidade, não apenas no campo individual, mas também coletivamente (35). Mas essa compreensão depende de reconhecermos o espiritismo como um caminho - uma opção que se diferencia das propostas fundadas na culpa, no pecado e no sofrimento; propondo, ao contrário, esperança e vida; a busca permanente da construção de felicidade.

A cada dia que vivo, mais me convenço de que o desperdício da vida está no amor que não damos, nas forças que não usamos, na prudência egoísta que nada arrisca e que, esquivando-nos do sofrimento, perdemos também a felicidade.

Mary Cholmondeley

“ PENSADOR



4.2 Ética em nós

Das discussões precedentes compreende-se a ética como o conjunto de princípios definidores do caráter, do modo de ser de um indivíduo, do conjunto de crenças e valores que configuram a sua maneira de ver, pensar, apreciar e atuar na sociedade.

Ética também pode ser interpretada como o conjunto de conceitos morais e princípios refletidos nas condutas individuais e coletivas de uma sociedade, as quais, por si mesmas revelam seus valores, mais ou menos plurais, mais ou menos solidários, mais ou menos egoístas, mais ou menos justos.

Esses valores, mais principiológicos e paradigmáticos do que normativos, passam, paulatinamente,

a fazer parte da personalidade, em diferentes momentos para cada indivíduo, já que não há pessoas ou grupos sociais com pensamentos absolutamente homogêneos. Cada integrante da sociedade absorve, ao seu tempo e ao seu modo, esse conjunto de princípios e valores. O movimento que insere a pessoa noutra patamar de compreensão da vida não é abrupto, mas construído em um processo. Não se reverte a ignorância, a brutalidade, a violência, e tantas outras dificuldades humanas, repentinamente.

A proposta vigorante para a vida e a conduta do estudioso do espiritismo, vista essa filosofia pelo seu enfoque libertário, promotor de autonomia, é a de encarar a razão face a face como propôs Kardec. Sugere abandonar o manto sagrado com que, por vezes, nos revestimos no meio religioso, com pouca autenticidade, em regra, aparentando uma evolução moral que não possuímos.

Assumirmos nossas fraquezas e encararmos as consequências que elas produzem, é condição necessária para, a partir da autoanálise, pautarmos nossas ações em referenciais mais fecundos.

A necessidade de evoluir, mudar nossos sentimentos e ações, pode, eventualmente, coincidir com os mesmos anseios contemplados nos meios

religiosos; mas o diferencial que propomos residirá sempre na possibilidade de lidar honestamente com nossas imperfeições. Há uma publicação que se acessa facilmente pela internet, denominada “20 Exercícios de Chico Xavier para a Reforma Íntima”³⁶ evidenciando, claramente, a sua distinção com a proposta deste livro. Basta analisá-la desapaixonadamente para se concluir que a propalada “**reforma íntima**” equivale à transformação mágica do ser humano rude em ser celestial. A nosso ver, **não é isso que propugna a Filosofia Espírita.**

A análise do espiritismo em bases Kardecistas contribui para a compreensão de que somos humanos, pessoas em incipiente processo evolutivo que, embora valiosas e capazes, aprendem e evoluem vagarosamente, não se cogitando de transformações repentinas, súbitas e milagrosas.

Ao se referir ao objetivo maior da Filosofia Espírita, Jaci Regis escreveu:

“[Kardec] declarou que o espiritismo é uma doutrina filosófica e moral. E é nesse sentido que analisaremos a contribuição do espiritismo para a renovação social. Por quê? Porque se o espiritismo se fixasse numa “reforma pessoal”, íntima apenas, seria uma doutrina elitista, um grupo fechado, um clube privilegiado.”¹⁴ (p. 116)

O peso da cultura judaico-cristã muitas vezes nos torna incapazes de assumir que cometemos equívocos; entretanto, ao menos no ocidente, dispomos de conhecimento suficiente para superar essa dicotomia entre o sagrado e o profano. Em repetidas situações cotidianas poderíamos aprender muito mais com o outro, ou se tivéssemos a capacidade de reconhecer e compreender o próprio erro, mas isso demandaria um pouco de humildade. Ocorre que vivemos como se tivéssemos a “obrigação” de estar acima do erro, ou de sermos perfeitos. Como isso seria possível?

A Filosofia Espírita propõe a busca da evolução, mas reconhece que todos os espíritos têm a eternidade para construí-la. O estímulo da proposta espírita consiste em oportunizar, sem castigos e sem penas. A lei geral flui naturalmente e a vida concede, generosamente, todas as oportunidades de que necessitamos em sucessivas encarnações humanas, viabilizando o nosso aprimoramento. Trata-se de uma demanda solidária e comunitária, que não dispensa o protagonismo individual.

Não obstante, à medida que o espírito desperta para os valores ético-morais, passa a considerar a relevância e a razoabilidade de colocar-se, com liberdade, a serviço de ações favoráveis também à

coletividade. Esse movimento libertador de construção coletiva promove as iniciativas para as mudanças sociais necessárias.

O texto de Cleusa Colombo contribui para o entendimento da questão:

*"A evolução do homem integral, entendido **como ser moral que se manifesta na sociedade**, é que determina a evolução das relações sociais"³⁷ (p. 86) (grifei).*

Reconhecemos a falta de ética nas atitudes abusivas, em desmandos e ofensas aos direitos fundamentais dos cidadãos. Na metade do Século XIX, o espiritismo já colocava esses direitos no centro das suas atenções, de modo que se esperaria vê-los fortemente enraizados na cultura espírita.

Mas também é coerente, conforme a Filosofia Espírita, a heterogeneidade da população terrena. Esse fato determina o respeito ao entendimento dos outros, não havendo razoabilidade em exigir, cobrar, ou impor a reforma do pensamento alheio. Cada um no seu tempo, de acordo com a sua compreensão e a sua capacidade de assimilar novos valores.

Pouco adequada ou desejável seria uma comunidade de iguais, sendo imprescindível aprender a conviver com as diferenças. A convivência entre

desiguais, reconhecamos, possibilita crescimento e aprendizagem, exurgindo cristalina a importância da prática da alteridade.

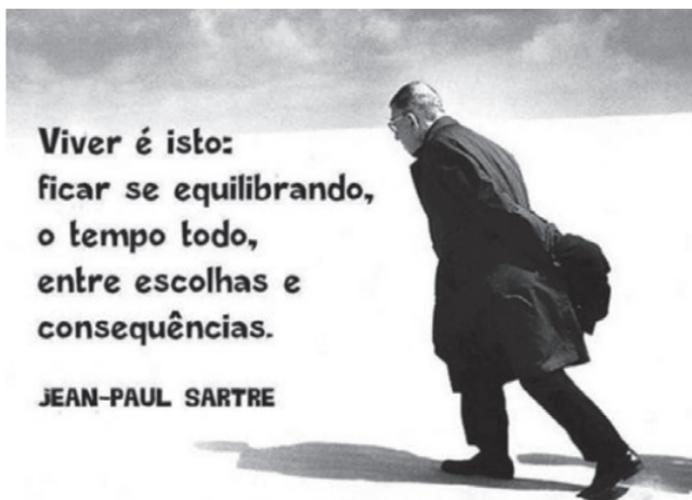
O texto atribuído por Mario S. Cortella a Anatole France (1844-1924), ganhador do Nobel de literatura em 1921, em seu *"O jardim de Epicuro"*, contribui para enfrentar as dificuldades de convivência, ou coexistência, com pensamentos diversos:

*"Chamamos de perigosos os que têm o espírito feito diferente do nosso, e de imorais, os que não têm as nossas próprias ilusões, sem mesmo nos preocuparmos em saber se têm outras."*³⁸ (p. 46)

Embora sejamos, em regra, muito donos das nossas verdades, advertências como essa são bastante favoráveis ao entendimento das próprias dificuldades e limitações. Nesse contexto o exercício da alteridade aparece como ferramenta indispensável para desenvolver a capacidade de ouvir o outro e, verdadeiramente, valorizar a opinião do outro, ainda que dela possamos discordar.

Luiz Signates³⁹ ensina que a prática da alteridade convive com o conflito, sendo razoável no confronto de ideias a evolução de ambos os posicionamentos, embora não comporte violência, pois nesse cenário todos perderiam.

Pensar que conceitos velhos e rebatidos merecem roupagem nova pode ser um convite interessante em todas as áreas. O que a Filosofia Espírita efetivamente propõe é a noção de **livre arbítrio com responsabilidade**. A lei natural da vida nos concede a liberdade de agir e assim é bom que seja, pois, a verdadeira noção de responsabilidade nasce da liberdade.



Compreende-se, pelo olhar espírita, que as formas de coação impedem o progresso, enquanto a vida flui e se transforma naturalmente na liberdade. As imposições, contrariamente, castram os impulsos naturais e não contribuem para o progresso das

peças. Ao se referir à evolução humana, Herculano Pires lembrou Simone de Beauvoir, que teria considerado a humanidade como um devir, um processo de mutações constantes na direção do futuro.⁴⁰ (p. 116)

VOCÊ SABIA?

Grandes influências foram promovidas por revolucionários como Simone de Beauvoir, autora da frase que persiste válida e desafiadora:

**QUE NADA NOS DEFINA.
QUE NADA NOS SUJEITE.
QUE A LIBERDADE SEJA A
NOSSA PRÓPRIA SUBSTÂNCIA.**



5 ÉTICA, MORAL E QUESTÕES ATUAIS

Jacira Jacinto da Silva

Neste capítulo, são abordadas as questões contemporâneas que envolvem ética e moral, com especial atenção às que decorrem das injustiças sociais. A Filosofia autenticamente espírita oferece subsídio para a compreensão dos problemas hodiernos. A sociedade ainda resiste ao enfrentamento da desigualdade social, historicamente lento. Intolerância à diversidade e à identidade de gênero, xenofobia, misoginia, racismo, divisão de classes e outros atentados aos direitos humanos e à democracia, são questões tormentosas, ensejando preconceitos de diversas proporções e matizes.

Em pleno Século XXI, quando assistimos a manifestações contrárias ao racismo estrutural*, por exemplo, ainda há autoridades que negam a sua existência. O tema em análise, tratado sob a ótica espírita, ganha conotação especial, pela qual a imortalidade e a possibilidade da reencarnação permitem alargar a visão. Não somos negro, amarelo ou branco; LGBTQIA+ ou heterossexual, rico ou pobre, perfeito ou deficiente; simplesmente estamos numa ou noutra dessas ou de outras expressões da vida humana, assim como poderemos já já, na próxima encarnação, experienciar outra condição.

Esses fenômenos acontecem em qualquer parte do mundo, podendo ser percebidos no âmbito ocidental, na Europa, nos Estados Unidos, noutros países e regiões e na América Latina. Não se pode precisar o marco temporal exato em que emergiram, mas é possível afirmar que se revelaram significativa

** Racismo estrutural é a formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que frequentemente coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor para ter sucesso e ao mesmo tempo prejudica outros grupos, de modo consistente e constante, causando disparidades que se desenvolvem entre os grupos ao longo de um período de tempo. Conjunto de práticas, hábitos, situações e falas enraizadas em nossa cultura, promovendo direta ou indiretamente, a segregação e o preconceito racial.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo_estrutural#:~:

e sistematicamente, causando especial incômodo a partir das três últimas décadas do Século XX.

Recente onda conservadora tem levado diversos países a optarem por governos radicais e descomprometidos com o Estado democrático de direito. Esses temas atuais e caros à Filosofia Espírita não integram o interesse dos governos posicionados às extremadas ideologias, de direita ou de esquerda, cuja visão de mundo está centrada no autoritarismo violento, no totalitarismo neofascista, na exclusão de direitos e no ódio. Também optam pela supremacia dos interesses econômicos sobre qualquer dos direitos humanos.

Tendo superado uma ditadura militar com viés ideológico totalitário, que durou de 1964 a 1985, o Brasil foi capaz de elaborar uma constituição cidadã ainda no final dos anos 80 do Século XX. Porém, apesar das tentativas de superação das suas mazelas, em sucessivos governos capitalistas, uns mais voltados a políticas liberais, outros mais atentos ao investimento social, o Brasil não atingiu patamares desejáveis na defesa dos direitos humanos, tampouco superou as históricas diferenças sociais.

Talvez seja correto afirmar que a disputa entre as tendências ideológicas de direita e esquerda, ou entre as visões mais e menos liberais, tensionou de

tal forma esse antagonismo que terminou permitindo, no Brasil, a atuação radical e nefasta do neoliberalismo com grande potencial de destruir o caminho já percorrido.

A dificuldade se assenta na intolerância decorrente do egoísmo, sendo comum acreditarmos que o nosso ponto de vista deve predominar. Mas “convicção não se impõe”, segundo Kardec, para o qual dará sinal de uma doutrina boa “aquela que mais homens de bem e menos hipócritas fizer”.⁵ (q. 842)

Para além do egoísmo, considerado o pior dos vícios e a verdadeira chaga da sociedade, vivemos ainda sob a égide da vaidade e do orgulho, agentes do descaso e da indiferença com o sofrimento alheio.

O espiritismo preconiza a igualdade de direitos entre todos os seres humanos, independentemente do gênero; repudia a violência ou a escravidão, refuta a aplicação de castigos como meio de educação/ressocialização e atribui, especialmente à ausência de investimentos na educação e no combate à corrupção, a incompetência para conter o crime. Nesse panorama, propõe a reforma das instituições humanas por meio da educação para que as pessoas se instruem acerca das coisas espirituais e dediquem menos valor às coisas materiais.⁵ (q. 914)

VOCÊ SABIA?

As Nações Unidas publicaram em 11/07/19 o Índice Multidimensional de Pobreza de 2019. O estudo destaca as “grandes desigualdades entre os países”. Cerca de 1,3 bilhão de pessoas de 101 nações analisadas são consideradas “multidimensionalmente pobres”. As várias disparidades são evidentes nessas nações e entre os segmentos mais pobres de todas as sociedades. (...)

Em países como Burquina Faso, Chade, Etiópia, Níger e Sudão do Sul, há 90% ou mais de crianças com menos de 10 anos consideradas multidimensionalmente pobres.

5.1 Superação do padrão dicotômico certo/errado

Descendentes das tradições judaicas herdadas pelos cristãos, fomos habituados a perceber o mundo a partir de uma visão maniqueísta**. Não obstante, nas sábias palavras de William Shakespeare, *há mais coisas entre o céu e a terra do que pode imaginar nossa vã filosofia*.

** Doutrina fundada nos dois princípios opostos do Bem e do Mal.

As relações humanas evidenciam ser impróprias as adjetivações das pessoas como “boas” ou “más”. A exuberância dos exemplos encontrados nas situações cotidianas permite identificar qualidades e defeitos nas pessoas, algo muito coerente com a imperfeição humana.

De outra parte, é notória também a capacidade humana para se transformar e enxergar oportunidades até mesmo nas situações mais improváveis. Excelente indicativo de que julgamentos e condenações radicais não contribuem. Ao invés de desconsiderar a capacidade intelectual do espírito, devemos recordar o objetivo da encarnação, oportunizando crescimento a todos os habitantes da Terra. Ainda que tenhamos sido forjados no caldo de cultura da punição retributiva, nossa missão é, também, a de trabalhar pelo progresso geral.

Em alternativa à mencionada posição dicotômica, a teoria espírita propõe outra referência: **viver sob a abundância de possibilidades**. Admitir a coexistência entre diferentes sem que um deva, necessariamente, prevalecer-se sobre o outro. Conviver entre incontáveis visões de mundo, crenças, filosofias, gostos, orientações etc.

5.2 Pautas sociais - um olhar espírita livre e plural

Desde o seu nascimento, na essência, a Filosofia Espírita volta-se ao modo adequado para encarar e tratar a vida e os problemas humanos. Longe de copiar as práticas religiosas, a proposta do fundador do espiritismo sempre foi pedagógica, progressista e progressiva, plural e totalmente afinada com as descobertas científicas.

As questões sociais atuais, relacionadas a aspectos ético-morais da vida em sociedade, colocam-se sob o foco de preocupação da Filosofia Espírita, potencialmente capaz de ofertar uma contribuição expressiva e significativa para a sua compreensão. Assim ocorreu também ao tempo do surgimento do espiritismo.

Embora não seja possível, no espaço limitado deste trabalho, aprofundar cada uma das pautas que compõem um conjunto de demandas sociais e ético-morais da atualidade, cabe mencionar o modo de percebê-las e tratá-las no âmbito da filosofia espírita.

Exemplificativamente, algumas serão tratadas a seguir e comporão um manifesto, convindo mencionar que outros exemplares desta mesma coleção tratam outros temas correlatos.

Nas últimas décadas do Século XX os países capitalistas experimentaram, em sua maioria, o agravamento da crise econômica, enquanto se fortaleciam avanços tecnológicos e políticas de viés neoliberal. O resultado foi a ampliação da exclusão social, cuja dimensão vem sendo ignorada. Observem a seguinte manifestação de importantes juristas brasileiros:

*"A conformação de mercados de trabalho cada vez mais restritos, precários, com uma informalidade ascendente, contribuiu para desestruturar nos países desenvolvidos uma sociabilidade mediada por direitos do trabalho."*⁴¹ (p. 208)

Em pleno Século XXI seria possível elencar um vasto rol de questões relacionadas aos direitos fundamentais do ser humano ainda mal resolvidas no cenário mundial. São muitos os desafios para a construção de um mundo mais digno, ético e solidário.

A questão 886 de *O Livro dos Espíritos*, elucida e valida a compreensão de que o espiritismo trata da evolução sob a perspectiva das relações humanas, ensinando que amar ao próximo é *"fazer-lhe todo o bem que nos seja possível e que desejáramos nos fosse feito"*.

A reflexão sobre essa questão coloca em pauta um dos problemas mais graves do planeta Terra, consubstanciado na ausência de Justiça Social. Enquanto alguns consomem abusivamente, desperdiçam alimentos e destroem as riquezas naturais, uma infinidade de seres humanos está marginalizada, vivendo abaixo da linha da pobreza. O mundo está repleto de fome, mas esse grito, barrado pelo egoísmo, não ecoa, não chega aos detentores do poder.

Miguel Reale expressou seu desolamento com as visões nominalistas que, pura e simplesmente, negam as ideias de justiça social e bem comum. Atribuindo essa visão ao liberalismo, questionou:

"Com que critério se identificará o "direito de terceiros" sem se cogitar de um "direito social comum".⁴² (p. 129)

Milton Medran, em Direito e Justiça, alerta para as responsabilidades decorrentes da riqueza:

"Num mundo onde se multiplicam as injustiças sociais e onde, contraditoriamente, aqueles que mais têm aumentam suas fortunas em proporções cada vez mais aceleradas, há, por uma singela linha de consequência, redobrada responsabilidade social dos detentores da riqueza."⁴⁸ (p. 103)

Apesar dos diversos e visíveis entraves, a Filosofia Espírita possui contribuição relevante para a questão da promoção e inclusão social e da redistribuição de renda nas sociedades com maior nível de desigualdade no mundo. Para tanto, deve ser compreendida na sua dimensão filosófica, sem distorção da sua natureza laica, humanista, livre pensadora e progressista.

Ainda que o presente trabalho esteja fortemente vinculado às pautas sociais, algumas delas serão desenvolvidas e aprofundadas em outros livros das próximas séries desta Coleção. Na sequência, alguns destaques:

Algumas Pautas Sociais

Saúde

Segurança e Justiça

Democracia

Educação

Diversidade

Ciência e progresso

Amor e solidariedade

Trabalho

Saúde:

Como considerar natural o descaso do poder público com o sistema de saúde pública, ou as questões relacionadas à saúde coletiva? Mesmo ao leigo se mostra imprescindível a luta pela adoção de políticas públicas capazes de contemplar a vigilância, a prevenção, a interdisciplinaridade, a construção coletiva em articulação com a sociedade, o mercado medicamentoso, as tecnologias e as abordagens educativas.

Dentre os fatores já considerados, o cuidado com o meio ambiente merece atenção especial, bastando mencionar o efeito da emissão de gases, saneamento básico e desmatamento.



Rios são comprometidos pelo descarte irresponsável de lixo

Como seria a saúde das pessoas no nosso planeta sem água potável? Esse recurso, embora extraordinário e oferecido em abundância pela natureza, é esgotável. Todos os seres humanos, indistintamente, têm direito a usufruir desse bem, mas boa parte da humanidade não o acessa.

A história do tratamento psiquiátrico, por si, já seria um exemplo extraordinário do que se pode produzir quando as políticas governamentais não consideram o ser humano e suas necessidades.

A opção pela institucionalização de doentes mentais, dependentes químicos e infratores da lei, de cunho meramente higienista, ignora o que deveria ser o esteio dessas e de outras políticas – **o respeito aos direitos humanos**. A proposta espírita permite à sociedade conduzir positivamente esse desafio e promover evolução histórica. Cabe ao espírita defender a melhoria dos sistemas universais de saúde e serviço público de saúde, já que o espiritismo não se compatibiliza com nenhuma exclusão.

Saúde alberga lazer. Por certo, o espírita sabe que não veio à Terra a passeio, tem noção do estágio evolutivo deste planeta e do tamanho do desafio a ser enfrentado. Disso resulta a consciência sobre o dever de trabalhar, estudar, irmanar-se em tarefas edificantes etc. Entretanto, faz parte desse processo

renovar as energias; é salutar, positivo e muito louvável incluir um tempo para o lazer nas atividades cotidianas, mas não só, há de se conferir acesso a todos, já que o esgotamento físico compromete a boa produção.

Segurança e Justiça:

A suposta proteção da sociedade transformou o sistema penitenciário do Brasil e de um número considerável de países em mero depósito de pessoas, quando muito poderia ser feito com possíveis políticas efetivas de ressocialização.

Carece observar que *O Livro dos Espíritos* foi publicado em 1857, praticamente um século antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, contendo os mesmos princípios fundamentais, dos quais é válido destacar os Arts. V, VIII, IX e X. Também carece de atenção a resposta à Q. 796 de *O Livro dos Espíritos*:

*"Uma sociedade depravada certamente precisa de leis severas. Infelizmente, essas leis mais se destinam a punir o mal depois de feito, do que a lhe secar a fonte. Só a educação poderá reformar os homens, que, então, não precisarão mais de leis tão rigorosas."*⁵

Pela vertente da justiça social, níveis ideais de atenção e preocupação com direitos imprescindíveis ao exercício da cidadania são identificados em pequeno grupo de países ocidentais que, de fato, investem em educação, saúde, habitação e oportunidade de trabalho para todos - principais pilares da dignidade humana.

Emblemática a decisão de Zeus, no mito da criação do homem, narrado por Protágoras no *Diálogo de Platão*, de "atribuir aos seres humanos os sentimentos de justiça e de dignidade pessoal, sem os quais não há sociedade que subsista".⁴³ (pp. 538-9)

Para a promoção de Justiça e Segurança, espera-se dos governantes que promovam, isto sim:

- políticas atreladas aos serviços de inteligência, visando ao enfrentamento da violência urbana;
- a revisão do foco da condenação criminal, que deve ser interpretada como oportunidade de ressocialização e não de vingança;
- investimento em ações educativas desde a primeira infância, artísticas, culturais, esportivas, como atrativos no desabrochar dos talentos imanescentes, servindo como antídotos à sedução da criminalidade.

Em livro de minha autoria⁴⁴, proponho ofertar oportunidade de ressocialização para infratores de

delitos com menor potencial ofensivo, lembrando que o castigo pelo castigo não se revela pacificador. Busquei a inspiração em *O Livro dos Espíritos*, q. 761: “é preciso abrir e não fechar ao criminoso a porta do arrependimento”.⁵

São necessárias ações prazerosas para o exercício da cidadania e disponibilizadas ao alcance de todos. Mas, às vezes, governantes optam por incitar a população a se armar e a enfrentar seus adversários, retroagindo à barbárie, em ação incompatível com o momento civilizatório. Essa proposta não deve ser considerada alternativa para a vida social pacífica; evidencia, ao revés, ausência de ferramentas ético-morais de um povo, que estimula o uso da força bruta.

Como imaginar que haveria justiça na condenação criminal da mulher que não viu opção senão praticar o aborto? Por medo, falta de apoio ou de estrutura para enfrentar a “moral vigente”, insegurança econômica ou desequilíbrio emocional, razões desconhecidas, é possível que o ser humano tome decisões que não tomaria noutras circunstâncias. Além de todo o sofrimento decorrente da própria decisão, pareceria correto colocar essa mulher na prisão?

O espiritismo induz solidariedade, fraternidade, compreensão e, mais que isso, fazer ao outro o

que gostaríamos que, em situação idêntica, nos fosse feito. Não advogo a prática indiscriminada do aborto, mas a posição da filosofia espírita não propõe nenhuma condenação. A decisão de ter, ou não, o filho, pertence exclusivamente à mulher e não cabe ao espírita desejar a condenação criminal daquela que optou por abortar. Ser contra a criminalização não significa ser a favor do aborto. Antes de tudo, o espiritismo defende a liberdade com responsabilidade.

Não é demais lembrar que além de a Filosofia Espírita e o Código Penal não condenarem a prática do aborto em caso de gravidez resultante de estupro, ou que coloque em risco a vida da mãe, o Supremo Tribunal Federal do Brasil já reconheceu a licitude em caso de feto Anencéfalo.

Cabe à sociedade agir positivamente, amparando mães que desejariam ter seus filhos; educando para os métodos anticoncepcionais, esclarecendo sobre a oportunidade da vida. Cada uma já carrega o peso das suas ações, não carecendo da nossa condenação.

Democracia:

A democracia vem sendo ameaçada, como se as pessoas pudessem desfrutar de felicidade, de paz e de harmonia, sob o arbítrio severo de

regimes ditatoriais e totalitários. É certo, e não deixa de ser curioso também, que esse tema específico não tenha sido tratado por Kardec; entretanto, os conceitos basilares da Filosofia Espírita se mostram inconciliáveis com os regimes que a ela se contrapõem. Por democracia não se pode entender unicamente a liberdade de escolher os governantes; o conceito compreende alargar e aprofundar o campo político em todos os espaços estruturais da interação social.⁴⁵ (p. 276) Essa revisão do *status quo* passa pela promoção de justiça social, sem a qual não se pode falar em democracia.

Há de se compreender, ainda, que a democracia está atrelada à ideia de liberdade, da qual se extrai a potência humana para resolver seus conflitos, sejam eles de que ordem forem.

A propósito, invoca-se uma vez mais a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, especialmente os seus Arts. XIV, XX e XXI, donde se extrai que “A vontade do povo será a base da autoridade do governo.”

O maior desafio da civilização humana, por longos séculos, não consistiu na luta pela sobrevivência em si mesma. A principal busca dos seres humanos foi alcançar a capacidade de relacionar-se livremente em seus grupos sociais. Libertar-se da tirania, do jugo autoritário e das

limitações impostas por restrições injustas, contínuas e desrespeitosas aos direitos naturais. Mario Sergio Cortella, atribui ao iluminista francês Voltaire (1694-1778), frase instigante:

"Se o homem nasceu livre, deve governar-se, se ele tem tiranos, deve destroná-los".³⁸ (p. 89)

No sonho de liberdade se concentrou o fundamento maior das batalhas humanas. Esse ideal segue motivador ainda nos tempos atuais.

Educação:

Este trabalho representa um esforço de promover a Filosofia autenticamente Kardecista, cujo fundador, na condição de educador formado na escola de Pestalozzi, concedeu distinto aporte ao ensino, especialmente nos campos da civilidade, do humanismo e da solidariedade.

Lê-se no belo texto de Dora Incontri:

"Um dos mais legítimos direitos do ser humano é o de desenvolver e expressar a sua própria individualidade. Esta oportunidade só a Educação, entendida em suas finalidades reais, pode proporcionar."⁴⁶ (p. 33)

A reforçar esse entendimento, preconizou Jaci Régis:
"(...) a moralidade não é vácuo existencial, nem a negação das forças naturais. Bem ao contrário,

é uma resultante da apreensão dos autênticos objetivos existenciais."¹⁴ (p. 114).

A educação, como ressaltou o fundador do espiritismo – direito fundamental previsto no Art. XXVI da DUDH, é ferramenta extraordinária a produzir ações positivas, com maior eficácia pedagógica do que as meras retóricas em torno do tema. Kardec propôs a transformação moral livre, alicerçada em descobertas, na racionalidade e na vontade espontânea. O fundador do espiritismo, que já registrava fantástico histórico como educador, reafirmou sua tendência pedagógica na questão 685, ao referir-se ao valor da educação moral:

*"Há um elemento, que não se ponderou bastante, e sem o qual a ciência econômica não passa de teoria: é a educação. Não a educação intelectual, mas a educação moral, e nem ainda a educação moral pelos livros, mas a que consiste na arte de formar caracteres, aquela que cria os hábitos, porque educação é conjunto de hábitos adquiridos."*¹⁵

Refere-se à possibilidade de educar pela disponibilização de oportunidades para a apreensão, valorizando as experiências práticas e cotidianas.

Faz sentido pensar que mais interessante e proveitoso do que tentar ensinar a ética, seria vivenciá-la, inseri-la em nossos hábitos diários, permitindo que

os exemplos fluíssem naturalmente na convivência familiar, nas posturas políticas, ou nos demais grupos de convivência, como o centro espírita, a escola e o trabalho.

Por esse prisma seria possível sonhar com uma sociedade mais politizada, pois a preocupação com as questões políticas estaria no dia a dia de pais e professores; faria parte do conjunto de hábitos importantes a serem cultivados e conseqüentemente compartilhados.

Na mesma direção, o grande educador Ney Lobo dedicou boa parte dos seus trabalhos à defesa da educação permanente, assim definida:

*"Aquele que, num processo contínuo, se estende por toda a vida, procurando desenvolver todas as potencialidades do ser humano e na qual todos se educam desde que nascem até a morte. Mas não é ela uma simples extensão do período escolar."*¹⁴⁷
(p. 155)

Cultura:

Nesse conjunto de ações estariam contempladas as atividades culturais mencionadas neste trabalho, tanto no item referente à Ciência e Progresso, como no tópico relacionado à Segurança e Justiça. Ao mesmo tempo em que a educação promove cultura, garante o acesso a esse universo transformador.

Diversidade:

Não deveria haver mais lugar para a discriminação no mundo. Desde 1948 existe um comando mundial, expresso no Art. VII da DUDH refutando a discriminação. Entretanto, a despeito de tanta diversidade, a sociedade segue separando impiedosamente as minorias^{***}. Por viver uma relação homoafetiva, por pertencer a um grupo de refugiados, por ter a pele negra; por ser pobre, ou ter pouca escolaridade, por ser dependente químico ou portador de determinadas enfermidades, por ser mulher, pessoas pertencentes à mesma irmandade terrena recebem menosprezo, são ignoradas, maltratadas, sofrem preconceito e discriminação.

Importa esclarecer que a expressão “diversidade” foi acolhida neste trabalho com o sentido de diferente, diverso, dessemelhante, de características variadas; multiplicidade⁴⁸. Há quem interprete misoginia, refúgio e, sobretudo, racismo, como pautas

^{***} O conceito de minoria social diz respeito, nas ciências sociais, a uma parcela da população que se encontra, de algum modo, marginalizada, ou seja, excluída do processo de socialização. São grupos que, em geral, são compostos por um número grande de pessoas (na maioria das vezes, são a maioria absoluta em números), mas que são excluídos por questões relativas à classe social, ao gênero, à orientação sexual, à origem étnica, ao porte de necessidades especiais, entre outras razões (<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/minorias-sociais.htm>).

identitárias, reservando ao conceito de diversidade apenas as questões de identidade de gênero e de orientação sexual. A despeito da controvérsia, preferi manter a definição canônica.

Além de pautar na sua agenda todas essas inquietudes ainda persistentes na sociedade contemporânea ocidental, o espiritismo, tal qual o enxergamos, carrega esse olhar inovador do pedagogo lionês, que se antecipou à declaração universal dos direitos humanos, esclarecendo que o espírito não é portador de nenhum desses atributos, mas os vivencia de forma diferenciada a cada existência.

Totalmente divergente da fé mística, que ordena crer cegamente na possibilidade de um salvador transformar a humanidade, o espiritismo, especialmente nessa visão progressista, recomenda estudo, trabalho, dedicação, enfrentamento, ação.

Essencialmente humanista, esse modo distinto de enfrentar as dificuldades como oportunidades e desafios, assenta-se em uma Filosofia libertária, democrática, solidária, fraterna, com aptidão para alavancar o crescimento da pessoa, individualmente, pela crença no seu potencial, e, também, coletivamente, pela convicção de que os grupos sociais avançam pela força do trabalho conjunto. Nesse

particular, ensinou Jaci Regis:

*"A proposta espírita não podia ignorar a realidade social e, tendo por bandeira o combate sistemático ao egoísmo, deveria romper com o isolamento do indivíduo em relação à sociedade."*¹⁴ (p. 116)

É nesse modo de entender e praticar o espiritismo que depositamos a esperança de transformar o planeta em mundo melhor. Não carece que essa filosofia libertadora se situe no campo das seitas, dispute espaço com outras religiões e siga carregada de preconceitos e arrogância, repetindo os enganos seculares das crenças, seus ministros e seus templos.

No contexto de uma filosofia racional, laica e respeitosa, importa por demais optar por uma agenda que contemple regimes políticos democráticos, valorize políticas públicas efetivamente inclusivas, trabalhe incansavelmente pela superação das desigualdades sociais, franqueie a todos os recursos naturais e essenciais; afinal, *apesar de efêmera, a vida humana se valoriza com as construções perenes, sólidas e transexistenciais.*

Conquanto Kardec não tenha tratado especificamente muitos desses temas, por não estarem em pauta naquele momento, a Filosofia Espírita oferece excelente contribuição para uma agenda humanista e atual.

Presentes e tratadas frequentemente na mídia, em especial nas redes sociais, assim como também nos meios acadêmicos, essas questões não têm merecido a devida preocupação dos movimentos religiosos, que preferem ignorá-las, quando não proíbem, ou boicotam, a discussão nos respectivos templos.

Ciência e progresso:

O espiritismo apoia estudos voltados ao propósito de tratar melhor as mazelas humanas e, conseqüentemente, a vida das pessoas. Destoaria do seu conteúdo a opção, em nome de uma fé cega, de contrariar estudos que possam diminuir sofrimentos de diversas naturezas.

A recomendação kardequiana diz para nos mantermos ao lado da ciência, sendo sempre válido ressaltar este texto contido no livro *A Gênese*:

*"Caminhando de par com o progresso, o espiritismo jamais será ultrapassado, porque, se novas descobertas lhe demonstrarem estar em erro acerca de um ponto qualquer, ele se modificará nesse ponto."*⁴⁹ (p. 44)

Na mesma direção, afirmou Wilson Garcia:

*"A doutrina só pode sobreviver se acompanhar a evolução do pensamento humano e das comprovações científicas".*⁵⁰ (p. 77)

Kardec reconheceu a importância da ciência: *“Se a Religião se nega a avançar com a Ciência, esta avançará sozinha.”*⁴⁹ (p. 89)

Colocam-se no centro da visão progressista, questões morais concernentes à vida humana. O kardecista humanista, autêntico, livre pensador, progressista, aplaude a reforma psiquiátrica, que busca o tratamento digno e humanizado para as doenças mentais. Vê o dependente químico, como portador de um problema grave de saúde de cura improvável; assiste à mãe que praticou um aborto sem julgamentos e, principalmente, sem condenação criminal. O espiritismo propõe atenção, apoio, cuidado e tratamento humanizado **para todas as pessoas**, não compactuando com propostas elitistas, cujo pano de fundo tem sido sempre a questão econômica, em desrespeito profundo aos direitos inerentes à condição humana.

Nesse ponto, também se antecipou à *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que no seu Art. XXVII resguardou a todas as pessoas, incondicionalmente, *o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.*

Amor e solidariedade:

Quando um espírita propõe a desobsessão de pessoas em uso nocivo de álcool ou drogas, sugere interná-las em hospícios, instituições fechadas e alienantes, ou condena a dezenas de encarnações estéreis uma mulher que praticou o aborto, além de desejar a sua condenação criminal, não usa Jesus de Nazaré como referência. A imagem que temos dessa figura exemplar, que marcou a história, lembra o amor fraternal e a energia necessária para salvar a Justiça.

Também se mostra inconcebível, pelo viés da Filosofia Espírita, a convivência com a miséria, a fome, a ausência dos direitos básicos e elementares da dignidade humana. A ética que deve nortear o espírita representa o fio condutor ao cuidado humanizado de toda e qualquer pessoa, possibilitando melhor qualidade de vida, menos sofrimento e maior proveito da existência. Disso se infere um compromisso inarredável com o respeito aos direitos pertencentes naturalmente aos seres humanos, pela simples condição de pessoa, em todas as suas dimensões.

Conjugados os Artigos da DUDH, em especial o 1º (Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros

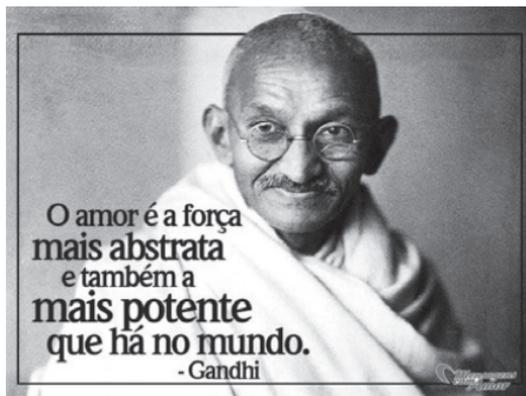
em espírito de fraternidade), aos preceitos contidos em *O Livro dos Espíritos*, não faltam balizamentos éticos e morais para a construção de uma sociedade solidária, em que o amor sobrepuja ao egoísmo.

Seja pela necessidade de aderência a métodos modernos, seja pela mera rejeição a práticas lesivas, desrespeitosas e agressivas, o tratamento de saúde pautado em propostas anacrônicas, conservadoras e desumanas torna-se inconcebível no olhar espírita.

Na rubrica “direitos humanos” estão albergadas as garantias mais elementares dos cidadãos; lamentavelmente, porém, neste estágio precário de evolução espiritual em que se encontram os habitantes do planeta Terra, esses direitos valem apenas para alguns humanos. Mas o espiritismo considera indefensável o preconceito por classe social, pela identidade de gênero, por deficiência física, etnia ou qualquer característica ou peculiaridade das pessoas.

Para além do corpo filosófico deixado por Kardec, o espiritismo abarca imensa literatura que surgiu depois das suas obras. Compõe-se, ainda, das realizações e do trabalho profícuo dos espíritas que, pela aplicação dinâmica de seus princípios, vêm, progressivamente, contribuindo para novas posturas, compromissos e realizações.

Conter a marcha progressista, ou apenas recuar diante dos dilemas humanos extremamente atuais, seria rejeitar a essência espírita.



Trabalho:

O valor respeito talvez seja a chave para que o trabalho assuma o papel de promover autonomia e dignidade. Aprendemos com Kardec⁵ que o trabalho é essencial, tanto para prover as necessidades do corpo, como para alavancar a capacidade de pensar - Q. 677. Essa atividade humana também mereceu destaque na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garantiu, em seus Arts. IV e XXIII, dentre outros, o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego; igual remuneração etc.

No mesmo capítulo mencionado, de *O Livro dos Espíritos*, existem alertas sobre a possibilidade de não existir a oportunidade do trabalho, ou de a pessoa não reunir forças para trabalhar, seja pela idade avançada, seja por enfermidade, ou outras limitações físicas.

Muito interessante a orientação contida na questão 685.a de *O Livro dos Espíritos*, parte terceira, cap. III:

"a) - Mas, que há de fazer o velho que precisa trabalhar para viver e não pode?"

"O forte deve trabalhar para o fraco. Não tendo este família, a sociedade deve fazer as vezes desta. É a lei de caridade."⁵

Consistente e indispensável ditame ético.

Sem respeito, empatia e solidariedade, pode ocorrer o abuso do poder econômico, pelas modernas formas de escravizar, que submetem pessoas a trabalho intenso e análogo ao de escravo. Antídotos abundantes se encontram nas lições espíritas, carregadas de inspiração ao respeito e à valorização do Ser. A resposta à pergunta 829 de *O Livro dos Espíritos*, na mesma direção do Art. IV da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, considera a escravidão **um abuso da força** que desaparecerá com o progresso.

5.3 Direitos humanos

Ética e moral são temas que permeiam a necessária discussão sobre direitos humanos, tão cara ao espiritismo no viés livre-pensador. Entenda-se a expressão direitos humanos como ação, criação, habilidade transformadora; coexistência e produção, convivência com diversidades, movimento ou processo.

Embora somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, tenha-se construído um sistema universal de garantia dos direitos fundamentais, a sua história, sempre permeada pela luta e defesa de direitos naturais, intrínsecos e inerentes à condição humana, tem seu começo, conforme vários estudiosos, na da Idade Média à Moderna. Os mais preciosistas indicam o marco remoto no período denominado “eixo axial”, entre os séculos VIII e II a.C, coincidente com o nascimento da Filosofia⁴³ (p. 20).

Já no Renascimento, quando a ciência jurídica iniciava a sua laicização, reconhecendo o papel histórico do ser humano e suas relações, torna-se perceptível no Ocidente o abandono do deus antropomórfico, como o ditador e responsável pela ordem social e econômica.

A partir das revoluções geradas no Iluminismo, especialmente do confronto dos movimentos operários e políticos com o capital industrial e seus correlatos interesses, chegou-se às grandes guerras do início do Século XX, que marcaram a história com sangue e tragédia incalculáveis, bem representativos do nazismo e do fascismo, então vigorantes.

Com o trágico esgotamento desse modelo em curso, seriam necessárias profundas alterações; circunstância decisiva para o surgimento da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, proclamada depois da segunda guerra mundial.

Esse brevíssimo resumo sobre as lutas pelo reconhecimento dos direitos humanos fornece elementos para entender o motivo de remanescerem, inclusive no movimento espírita, pessoas contrárias às causas humanistas.

Por mais que nos assombre, estão presentes, recorrentemente, graves resistências ao conviver harmonioso entre diferentes etnias, vigoram preconceitos de gênero e orientação sexual; excluem-se classes sociais e prejudicam-se, impiedosamente, deficientes físicos e outras minorias. Essas e outras discriminações imperdoáveis, que resistem e persistem, são grandes desafios atuais.

Apesar da globalização, que impõe a forçosa convivência entre desiguais, incrivelmente, a humanidade cede espaço à paradoxal discriminação.

A característica humanista da Filosofia Espírita, no entanto, convida a direcionar energias para as relações humanas respeitadas, seu progresso, superação de suas dificuldades, o reconhecimento e a efetiva garantia desses direitos. Por um silogismo simples chega-se a essa conclusão, já que os humanos são espíritos imortais em crescimento.

Todas as pessoas merecem o mesmo respeito, têm as mesmas garantias, não se justificando mais o uso da palavra raça****, ainda utilizada, inexplicavelmente. Traduzida como *"conceito socialmente construído de que existiriam diferenças biológicas entre as etnias"*⁵¹, revela-se imprópria e desnecessária, especialmente porque, cientificamente está comprovada a inexistência de diferenças substanciais entre os diversos povos do planeta.

Para que grupos distintos, assim identificados por suas bandeiras e características próprias (origem, língua, etnia, orientação sexual, ideologia etc.), possam conviver com defensores de interesses antagônicos, sob o mesmo regime político e regulados

**** Categorização que pretende classificar os seres humanos, pautando-se em caracteres físicos e hereditários. *dicio.com.br*

pela mesma legislação, indispensável o reforço dos princípios basilares da democracia, não bastando que haja leis favoráveis.

Em tempos de tamanha diversidade nas sociedades pluralistas, de informações compartilhadas global e instantaneamente, a defesa dos direitos humanos depende da efetiva consolidação do Estado Democrático de Direito. Esse regime comporta a construção de um ordenamento jurídico moralizado, oponente aos valores retrógrados que tentam resistir à forma do progresso ao longo do tempo, Mas, para se firmar depende ainda de iniciativas voltadas à educação e à politização dos cidadãos em geral. Pessoas, instituições e processos, não podem se acomodar na suposta neutralidade.

Ensinou Desmond Tutu, Nobel da Paz em 1984: *"Se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor."* Individual e coletivamente, no âmbito familiar, profissional, ou institucional, a marca espírita deve ser de indignação contra a opressão e de resistência às ações ofensivas à dignidade humana.

Eduardo Valério aporta contribuição relevante para a presente discussão:

"É a consagração do Estado Social de Direito, cuja realização pressupõe a garantia de mínima condição de existência digna para o homem."

*Pode-se concluir, inspirado nas preciosas lições do espiritismo, que, fazendo-se presente nas instituições sociais e políticas do país a plena observância daqueles direitos em favor de todos, poderão os Espíritos imortais bem executar seus planejamentos reencarnatórios, cumprindo a tarefa que lhes cabe na construção do Reino e, em consequência, na transição do planeta a uma condição moral superior.*⁵² (p. 94)

A ordem legal democrática se consolida de forma vagarosa, atualizando seus preceitos pela dimensão Ética, a partir de arranjos capazes de considerar as necessidades dos seus destinatários. A Filosofia Espírita dialoga com essas expectativas contemporâneas de respeito aos Direitos Humanos, colocando luz na melhoria dos processos legislativos, com propostas humanistas, democráticas e potencialmente aptas a contribuir para a Justiça e a paz social.

Finalizando esta discussão, importa lembrar Deolindo Amorim, para quem o espiritismo é sensível às injustiças sociais:

*"Como poderemos trabalhar pelo melhoramento do mundo se nos afastamos ou nos alienamos na 'vida puramente contemplativa', que é muito cômoda, mas inteiramente infrutífera por ser inoperante? A Doutrina Espírita nunca esteve e não está à margem dos problemas humanos.*⁵³ (p. 38)

VOCÊ SABIA?

É possível informar-se sobre Direitos Humanos e sua classificação; compreender tudo sobre o assunto, facilmente, pela internet.

Acesse: <https://www.educamundo.com.br/blog/direitos-humanos-pratica-curso-online>

5.4 Ética em permanente construção

Com Kardec aprende-se que o progresso espiritual é contínuo e infinito, inferindo-se que não existe verdade pronta e irrefutável. Mas em tempos de tanta exploração econômica, as confusões conceituais e os discursos e narrativas vagos contribuem para a ilusão em torno de crenças pessoais, sem compromisso ético.

A ideia de verdade absoluta, ou definitiva, realmente não deveria sustentar-se, diante de tantas revelações trazidas pela tecnologia e outras descobertas do campo científico. Não obstante, baseando-se no pressuposto da “verdade única”, pessoas seguem “comprando” a ideia de que a fé é suficiente para lhes fazer alcançar os sonhos. Desde as barganhas com “Deus” propostas por pastores inescrupulosos à suposta santidade de alguns

médiuns gurus, sem explicação razoável, prevalece a *capacidade humana para negar contradições flagrantes por meio de racionalizações, desde que lhe convenha*.⁵⁴ (p. 15)

A constatação de que dirigentes religiosos ainda se valem da boa-fé inocente de seguidores expressa, de forma muito representativa, o baixo padrão de elevação ético-moral conquistado pela humanidade.

Por outro lado, também se podem observar experiências fabulosas de lutas pela instalação de uma convivência mais justa, mais pacífica e igualitária. Pela sua característica heterogênea, o planeta alberga espíritos em diferentes estágios evolutivos.

Essa reflexão traz em seu bojo excelente contributo para o necessário aperfeiçoamento da organização social. O aporte da Filosofia Espírita permite compreender a dinâmica evolutiva no compasso das experiências de espíritos imortais, ora na dimensão física, ora fora dela, mas sempre em busca do progresso.

A construção no campo dos direitos fundamentais segue o mesmo processo. Na proporção do tempo e das escolhas, vão se sedimentando os valores individuais, que influenciam os coletivos e estes, por sua vez, promovem modificações sociais.

Fabuloso esclarecimento concede o escritor espírita argentino, Manuel Porteiro:

*"O determinismo da história depende da direção que lhe tracem as novas influências individuais que serão tanto ou mais benéficas à humanidade quanto mais elevados moral e espiritualmente forem os indivíduos e a atividade que desenvolvam."*³³ (p. 150)

Por mais que a humanidade terrena ainda se encontre em estágio inicial da evolução, o conjunto de princípios e valores éticos, como um fio condutor, enseja a marcha, figurando como pano de fundo das sucessivas conquistas. Inspirado nessa bússola, o ser humano é capaz de promover avanços extraordinários.

A ciência jurídica, dedicada exclusivamente ao direito econômico ao longo da história, alcançou a laicização há três séculos. A partir da desvinculação com a Igreja, por paradoxal que possa parecer, voltou seu olhar ao reconhecimento dos direitos naturais, com expressiva manifestação de seus defensores entre os Séculos XVII e XVIII, destacando-se a figura de Hugo Grocio. Entretanto, o código napoleônico, que influenciou os sistemas legais de diversos outros países, promulgado no início do Século XIX, ainda priorizou a proteção do direito patrimonial.

Após as grandes guerras, em 24/10/1945, dezenas de países se reuniram com o objetivo de colocar a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana no centro da atenção jurídica. Passaram-se mais de vinte séculos desde o nascimento da Filosofia até a instituição da ONU.

Ao lado da dignidade da pessoa humana, o direito à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade aparece contemplado pela primeira vez na história, positivado, na Constituição alemã⁵⁵ (p. 54), referendado em seguida na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, na metade do Século XX. Essa rápida menção histórico-jurídica demonstra o tempo de maturação da consciência social.

O espírito é imortal na visão kardecista e dispõe da eternidade para aprender e crescer. As contribuições jurídicas, reconhecidas mundialmente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), acrescidas à convicção espírita na imortalidade do espírito e na possibilidade de progresso infinito ao longo das encarnações sucessivas, ainda não foram suficientes para a construção de uma sociedade democrática. É certo, todavia, que já existe um caminho trilhado, havendo motivação bastante para resistir ao retrocesso, às manobras autoritárias, às restrições da liberdade e à imposição pela força.

Há estímulos suficientes e grande possibilidade de o ser humano melhorar-se também e de promover o progresso na Terra ou, pelo progresso da terra, avançar como indivíduo.

Eugênio Lara afirma que *o espiritismo é essencialmente humano*, demasiadamente humano.⁵⁶ (p. 92) Cabe ao espírita enxergar-se como tal e alinhar-se às feiras de resistência aos movimentos limitantes, retrógrados e autoritários.

A Filosofia Espírita comporta em sua moldura tratamento adequado para essas questões atuais, mesmo sem haver Kardec tratado especificamente de algumas delas, inexistentes, ou não discutidas à sua época. Parte de um modelo democrático, dialético e de contornos alteritários, fornecendo subsídios para os espíritos encarnados se modificarem e produzirem as necessárias alterações no modelo de civilização, ou, na ordem inversa, crescerem a partir dessa alteração.

Cabe lembrar Herculano Pires:

"Três são os elementos fundamentais de que o espiritismo se serve para transformar o nosso mundo num mundo melhor e mais belo:

*a) Amor, b) Trabalho, c) Solidariedade."*⁴⁰ (p. 76)

Legítimos defensores de um mundo mais justo e igualitário propoariam que se implante uma socie-

dade fundada na igualdade e na liberdade para que os humanos, individualmente, alcancem o amor, o trabalho e a solidariedade.

5.5 Ética e alteridade

Luis Signates³⁹ sugere pensar a alteridade no centro espírita. Propõe a desconexão entre as formas éticas com as quais nos referendamos para estabelecer a relação com o mundo. Destaca a ausência, no movimento espírita, do enfrentamento dos grandes temas e das grandes preocupações humanas. Faz uma crítica contundente ao fato de espíritas se reunirem para conversar entre iguais, sobre temas alheios às problemáticas sociais, deixando passar ao largo o sofrimento do mundo e suas causas.

É hora de lembrar Mauro Spínola, que propõe um modelo de centro espírita voltado para a sociedade e as pessoas, dirigido por pessoas e preocupado com os problemas humanos.

"O centro espírita é feito para o homem, não o contrário. O homem do centro espírita vai ver o seu dia a dia como a continuidade de um movimentado processo evolutivo. Passará a compreender o significado revolucionário da imortalidade e o verdadeiro sentido da vida que vive."⁵⁷ (p. 73)

Semelhante orientação se encontra em Herculano Pires⁵⁸ (p. 14). Com tantas pessoas em condições miseráveis, estamos filosoficamente, preocupados com teorias, como a da pluralidade de mundos habitados. As exigências éticas do mundo contemporâneo deveriam servir para nos reposicionar no contexto.

Parece bem claro que incumbe aos espíritas trabalhar pela melhoria das estruturas sociais, não sendo razoável imaginar que um Centro Espírita se contente em fazer assistencialismo. Embora seja evidente a importância do nosso envolvimento com a infinidade de problemas decorrentes da injustiça social, o nosso foco deve tentar inibir a causa, ao invés de minimizar as consequências.

Alteridade - do latim *alteritas* ('outro') é a concepção que parte do pressuposto básico de que todo o ser humano social interage e é interdepende do outro. É a capacidade de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal, ou seja, respeitar, verdadeiramente, sem juízo de valor; condição sem a qual não é possível compreender o outro.

Talvez em nenhuma época anterior da História a convivência social tenha exigido tanto a compreensão do outro. Todos os espíritos encar-

nados são limitados e incompletos, valendo o alerta de Boaventura Souza Santos:

*"Aumentar a consciência de incompletude cultural é uma das tarefas prévias à construção de uma concepção emancipadora e multicultural dos direitos humanos."*⁵⁹ (p. 446)

Por construções seculares, o ser humano chegou ao ponto de colocar-se frontalmente contra as posições do outro, independentemente das consequências. Os filtros ganharam conotação distinta, os conceitos de liberdade e respeito passam por sérias transformações, desafiando juristas renomados e filósofos a estabelecerem um divisor entre o que se denomina exercício do direito à livre expressão do pensamento, e a afronta aos direitos fundamentais e imprescindíveis ao convívio social.

A palavra conviver traz em si a ideia do outro. Do latim: *convivere*, viver com, de COM, junto, mais VIVERE, embutindo a ideia de compreensão, que não combina com a sujeição do outro, ou ao outro.

Quando Kardec se referiu à vida do eremita no deserto como única possibilidade para se desfrutar de liberdade absoluta, estava também preconizando a fraternidade, a capacidade de compartilhar, a convivência saudável.

Bastante oportuno se mostra o entendimento do conceito de alteridade. A esse propósito, invoco Martin Buber, que preconiza:

*"O Tu se apresenta ao Eu como sua condição de existência, já que não há Eu em si, independente; em outros termos, o si-mesmo não é substância, mas relação."*⁶⁰ (p. 49)

Por outro viés, Emmanuel Lévinas apresenta-nos a ética da alteridade, sugerindo *a experiência de sentir no Eu a infinitude do outro*. O sentido do **ser** estaria no relacionamento capaz de enfrentar as consequências do risco das diferenças.

*"(...) Sou eu que passo ao segundo plano: eu me vejo a partir do outro, exponho-me a outrem, tenho contas a prestar."*⁶¹ (p. 123)

Fosse o caso de a Filosofia Espírita trabalhar com o conceito de verdade absoluta e irrefutável, naturalmente se bastaria; giraria em torno dos seus ditames e teria a pretensão de ensinar as suas convicções ao mundo. Porém, assim não ocorre. A base espírita está alicerçada na expectativa da descoberta, na busca de novos horizontes, na certeza de que as possibilidades para a evolução se multiplicam sempre.

Importa demais ao espírita consciente o conhecimento proveniente também de outras fontes.

É dizer: ter a capacidade de dialogar com outros saberes; desenvolver a escuta olhando para o outro, como propõem os filósofos supracitados. Olhar e aprender com o diferente, assimilando outros conhecimentos, são recursos utilizados, e pode configurar o diferencial do espiritismo numa dinâmica plural, livre-pensadora, progressista e humanista, baseada, como propôs Geley, em uma demonstração positiva, “como filosofia científica, é unicamente como deve ser estudada e discutida”⁶² (p. 16) (tradução livre).

Além de determinar-se a respeitar o modo diferente de ver a vida, sem ofender, sem discriminar, sem a arrogância de ser melhor, o espiritismo, conforme o concebemos nesse olhar destituído das peias religiosas, propõe a interação com outras áreas de conhecimento, com outras ciências e filosofias. De forma despretensiosa, deseja dialogar com os campos da sociologia, antropologia, filosofia, medicina, psicologia, pedagogia etc., reconhecendo que não pode abarcar toda a sabedoria.

Esse exercício, nada fácil, pede um esforço para prestar atenção, ouvir, enxergar, a manifestação de um pensamento diferente. É muito provável que se identificarmos essa mensagem seremos capazes de refletir com mais honestidade intelectual sobre a

nossa própria visão dos temas, ou dos fatos. Vale o destaque do filósofo Alysso Mascaro:

*"A justiça, nos dizeres aristotélicos, é bem para o outro. A ação justa se faz em referência a um outro, a um terceiro, a alguém que não seja o próprio que dá. É característica do justo, então, sua alteridade, a sua referência ao outro."*⁶³ (p. 230)

VOCÊ SABIA?

Em Filosofia, alteridade é apresentada por Platão em sua obra "Sofista". O ser não pode ser visto como identidade, senão na multiplicidade das ideias em que se situa a relação recíproca com o coletivo.⁶⁴



5.6 Nem penas, nem castigos

De todo oportuna a observação de Jon Aizpúrua quanto à contribuição que a Ética, pensada no critério espírita, pode fornecer à Ciência e à Filosofia. Esse insigne pensador considera necessário que, além de conhecer e vivenciar o espiritismo, seus postulados devem integrar-se à vida do espírita, impulsionando-o para a transformação moral permanente, seja no campo pessoal, familiar ou social.⁴ (p. 44)

A partir dessa belíssima lição de Jon Aizpúrua, exsurge ao espírita livre pensador a preocupação com a efetividade das teses verbalizadas no cotidiano. Por certo, o conhecimento liberta, engrandece, empodera; porém, lições não convertidas em melhora de comportamento não são bastantes para dignificar o ser humano.

Lembremos Manuel Porteiro:

*"O espiritismo rechaça os prêmios e os castigos, admitindo somente as consequências naturais das ações. A sanção moral que se depreende de sua filosofia é equânime e reparatória."*⁶⁵ (p. 91)

Nesse passo, além de rejeitar a concepção cristã, dualista radical – pecado e castigo versus premiação/salvação, sugere como dever inadiável dos espíritas empenharem-se na criação de uma sociedade justa, fraterna e solidária onde o amor, a felicidade e a paz sejam o ideal de todos.⁶⁶ (p. 183)

O desafio proposto pelo espiritismo destituído de misticismo consiste em transformar as lições contundentes de Kardec e dos seus seguidores, em ações positivas, proativas; em mudanças significativas e capazes, portanto, de contribuir para a estruturação de uma sociedade mais justa.

Frases como "prefiro não opinar", aparentemente inofensivas, podem ser perigosas, e eventualmente

indicar embaraço, ou leniência e conivência. Em termos éticos, para não sermos excessivamente permissivos ou incautos, importa sair da neutralidade.

A moralidade desejável ao espírita consciente deve coincidir com o amadurecimento de conduta; com o desejo sincero de não lesar o outro, pela simples consciência da importância de lhe desejar o que pretendia para si mesmo. Comportar-se com ética significaria comprometer-se diretamente com a prática do bem comum, independentemente de julgamentos, ainda que a pessoa estivesse a sós consigo mesma.

"Quando o homem desenvolve suas virtudes pelo guia de sua consciência, comparando e discernindo por sua razão, conquista um contentamento consigo mesmo, que é a verdadeira felicidade".⁶⁷ (p. 169)

Depreende-se disso que o caminho para o desenvolvimento de moralidade não passa pelo castigo. Ciente da capacidade de se colocar na vida como um ser transformador, com potencialidade para fazer a diferença no seu entorno, o espírita não desejará castigar alguém cuja conduta pareça reprovável. Muito menos ampliará esse desejo pelo fato de se tratar de pessoa negra, pobre e marginalizada.

Seguindo as pegadas de Kardec, saberá a importância de oportunizar aprendizagem e de fornecer condições apropriadas para a melhor compreensão dos fatos e de suas circunstâncias.

A obra espírita fornece farto manancial de lições valiosas, nas quais se podem haurir chamamentos às mudanças estruturais e comportamentais - antes de julgar, colocar-se no lugar do outro; antes de condenar, dar condições para possíveis ajustes.

O espiritismo é radicalmente antirracista. Convém anotar que essa conclusão se extrai de todo o contexto filosófico, ainda que em *Obras Póstumas* haja uma revelação do racismo que persistia em Kardec.⁶⁸ (p. 149) O fato não deve ser ignorado, porém precisa ser contextualizado, pois estava em sintonia com a Ciência da época e o pensamento dominante na Europa.

O caminho pedagógico realmente, em regra, não se mostra atrativo; dá trabalho, exige dedicação, impõe estudo, pesquisa, transpiração. Condenar, castigar, isolar pessoas como consequência de atos reprováveis, são opções fáceis, porém, imediatistas e totalmente improdutivas.

Ao contrário do esperado por parcela considerável da sociedade, o confinamento de pessoas em

regime institucionalizado não agrega valor algum; podendo, ao contrário, tornar mais agressivos os quadros de doença mental e violência, redobrando as preocupações e exigências de cuidado.

Extraem-se lições importantes da autêntica Filosofia Espírita, em especial nas questões 822 e 887 de *O Livro dos Espíritos*, ou do Cap. XI de *O Evangelho segundo o espiritismo*, que enxergamos em perfeita sintonia com as conclusões de Daniela Arbex⁶⁹, quando propôs tratamento humanizado, solidariedade e desinstitucionalização. Esse cuidado coincide com a receita espírita, básica, de fazermos aos outros o que gostaríamos que nos fosse feito.

Manuel Porteiro corrobora:

"Se o indivíduo não pode castigar a sociedade quando esta falha com seus deveres, ou restringe seus direitos e sua dignidade, tampouco a sociedade deve castigar ao indivíduo, nem o subordinar aos seus interesses. A sociedade, neste caso, não tem outro direito que não seja a força, e a força, como princípio do direito, é a injustiça, a imoralidade" (tradução livre).⁷⁰ (p. 115)

A lógica do pensamento kardecista traduz-se no valor da educação, ou do ensinamento construído cotidianamente, como se vislumbra na brilhante lição do próprio fundador do espiritismo:

*"Um sorriso quando precisaria ser sério, uma fraqueza quando seria preciso ser firme, a severidade quando seria preciso a doçura, uma palavra sem pensar, um nada; enfim, bastam às vezes para produzir uma impressão indelével e para fazer germinar um vício. Que se passará então quando essas impressões forem ressentidas desde o berço, e frequentemente durante toda a infância? **Nesse aspecto, o sistema de punições é uma das partes mais importantes a serem consideradas na educação; pois elas são comumente a fonte da maior parte de defeitos e vícios**" (o negrito é meu).⁷¹ (p. 19)*

Pais e professores agridem filhos e alunos por falta de recursos internos. Essa subvenção fabulosa da Filosofia Espírita permite aprender que o ser humano é potencialmente capaz e possuidor de inteligência como ferramenta diferenciada para construir o seu progresso.

É natural que desfrutemos do produto das nossas realizações, parecendo ilegítimas nossas reclamações contra a indigência ética do cotidiano. Artífices dela, haveremos de promover a diferença e a mudança que pretendemos no panorama atual.

E na perspectiva imortalista e evolucionista (não determinística), não olvidemos a nossa capacidade intelectual e moral para realizar a transformação da

sociedade através de métodos de convivência mais fraternos e justos, adotando novos comportamentos, mais adequados para nós mesmos e, também, para a coletividade.

Refletindo sobre possíveis ações em prol do desenvolvimento sustentável do planeta, Gustavo Molfino reportou-se às conferências Rio+20 e sua precursora Cúpula da Terra, quando se reuniram esforços para dar forma à redução da pobreza, promover a igualdade social e garantir a proteção do meio ambiente (...).⁷² (p. 150) Faz falta a transformação desses postulados hipotéticos em ações concretas, mas não deixam de representar o princípio da estrutura a ser construída para impactar pessoas.

É tempo de voltar ao Art. 1º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que, em perfeita sintonia com a resposta à questão n. 803 de *O Livro dos Espíritos*, **exalta a igualdade de todos os seres humanos**, em direito e dignidade.

Destaco sábio pronunciamento do grande pensador espírita argentino, Manuel Porteiro:

“O lugar que cada um ocupa na sociedade (...); muda incessantemente e pode e deve mudar sob o impulso de nossa vontade, de nossas ideias e de nossos esforços, mesmo dentro das contradições existentes; e o conjunto das vontades, das ideias

*e sentimentos individuais afins e dos esforços combinados, pode imprimir à sociedade um novo giro, fazê-la capaz de conceber uma ideologia superior e de desaparecer com muitos dos males e injustiças sociais.*³³ (p. 102)

VOCÊ SABIA?

Que a letra "S" utilizada como segundo nome de "Manuel S Porteiro" não corresponde a nenhum nome? Deve-se a um erro de imprensa, mas o genial escritor terminou por incorporá-lo com bom humor, apresentando-se como "Manuel *Servidor* Porteiro".⁷³ (p. 18)



O último capítulo deste livro apresenta um manifesto forjado no livre pensamento.

6 SER ÉTICO = SER FELIZ

Milton Rubens Medran Moreira

6.1 Razão e Felicidade

"A felicidade não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude; e não gozamos dela por retermos as paixões, mas, ao contrário, gozamos dela por podermos reter as paixões".⁷⁴

A frase acima, do filósofo Baruch Espinosa, foi formulada quase dois séculos antes do surgimento do espiritismo. Mas propõe um conceito de ética e de moral perfeitamente compatível com a proposta espírita.

Nos capítulos anteriores, fizemos conexões entre o que pode ser classificado como uma **ética religiosa**,

construída e balizada por nossas crenças, e uma **ética natural** ou **laica**, resultante de uma atitude racional perante a vida. Sustentamos, então, que o espiritismo, na condição de filosofia inserida nos nobres ideais do Iluminismo e da Modernidade, guarda características marcadamente racionalistas e laicas, mesmo partindo de conceitos vulgarmente tidos como religiosos, tais como: a existência de Deus, a prevalência do espírito sobre a matéria, a imortalidade do espírito e sua comunicabilidade, o progresso infinito do espírito, pela via das reencarnações sucessivas.

Esses conceitos, mesmo quando eventualmente transformados em credos religiosos e em dogmas de fé, reportam-se a questões que se sobrepõem às religiões e dizem, fundamentalmente, com atitudes do ser humano perante a vida, sua origem, natureza, destino e significado. É uma forma de ver o homem, o mundo e a própria divindade, capaz de gerar consequências de ordem moral, numa perspectiva que dispensa recorrer-se ao sobrenatural, porque tudo está contido naquilo que Allan Kardec entendeu de conceituar como “lei natural”.

As religiões, e, de modo particular, a religião cristã, em que se formatou a cultura ocidental, trabalham essas questões como advindas de revelações divinas, necessariamente acompanhadas de normatizações

morais que conduzem a recompensas e castigos a serem gozados ou cumpridos após a morte, quando a alma, liberta do corpo, se capacitaria a compreender as “verdades eternas”. Estas, enquanto esteve a alma presa ao corpo, no “vale de lágrimas” aonde foi ela jogada por conta do “pecado original”, não seriam, aqui, inteiramente compreensíveis e, por isso, haviam sido expressas como “mistérios divinos” contidos na dogmática religiosa. Por aí se compreende o chamado voluntarismo divino que as religiões entendem insuscetível de ser discutido pelos homens. Numa perspectiva espiritualista racional, diferentemente, a vontade divina está expressa na natureza como um todo e, de modo muito especial, na consciência do ser inteligente, parte que é da natureza: “*O espírito é o princípio inteligente do Universo*”, diz a questão 23 de *O Livro dos Espíritos*⁵.

Nessa perspectiva, como assinalou Jacira, no capítulo III deste livro, a moralidade, ou a ética, é “decorrente da liberdade”, conquistada pelo espírito enquanto ser racional. Como bem-posto ali, “apenas os atos de sutileza, gentileza, amor, reconhecimento e respeito, emanados de uma consciência liberta, produzem efetiva mudança no seu entorno”.

Agora, nestas reflexões finais, queremos justamente fazer a conexão entre a razão - aquela que nos

permite, livremente, conhecer e compreender a lei natural - e felicidade, tida esta não como prêmio pela obediência aos ditames do bem, mas como elemento integrativo da vida, da natureza em si. E, para tanto, convidamos o leitor a reler o conceito que abre este capítulo, síntese da filosofia ética daquele destacado pensador do Século XVII, um homem que, por dizer coisas assim, foi, no seu tempo, excomungado pelo judaísmo, do qual era originário, e combatido pelo cristianismo que começava a viver os estertores da teocracia criada pela poderosa Igreja Romana, sucessora do Império Romano.

Felicidade, nessa nova ordem de ideias, começava a ser vista como **direito natural** do ser humano. Um direito que lhe é fundamental e que deve acompanhá-lo progressivamente, na mesma medida em que o ser desenvolve sua racionalidade e, em consequência desta, sua postura ética perante a vida.

Convidamos, então, o leitor a refletir, uma vez mais, sobre uma questão de *O Livro dos Espíritos* fundamental para a compreensão da filosofia espírita: aquela em que, provocados por Allan Kardec, seus interlocutores espirituais colocam como sinônimos as expressões “lei natural” e “lei de Deus”⁵ (q. 614). Já abordamos isso no capítulo 2º, onde nos referimos à consonância entre a lei natural e o chamado direito

natural. Reservamos, entretanto, para este capítulo, à guisa de conclusão, uma mais detida reflexão sobre o caráter otimista do espiritismo em relação ao ser humano, desde sua origem, criado que foi “simples e ignorante”, mas destinado, sem exceção a um só indivíduo, à perfeição. Uma caminhada longa, que se faz, fundamentalmente, por esforço pessoal e intransferível, mas a única capaz de levar o ser a seu destino glorioso.

A questão 614 de *O Livro dos Espíritos* diz que a lei natural, indicando-nos o que devemos fazer e o que não devemos fazer, “é a única verdadeira para a felicidade” e que só nos tornamos infelizes na medida em que nos afastamos dela. Com isso, a Filosofia Espírita filia-se ao entendimento de que ética e felicidade são irmãs siamesas e de que não há outro caminho para a felicidade que não a prática da virtude, ou seja: conduzir a vida a partir dos ditames da lei natural, gravados na consciência.⁵

É evidente que a isso não se chegou sem se transitar por uma longa trajetória evolutiva na qual o que se chama de moral heterônoma, ou seja, aquela provinda de normatizações autoritárias, seja das religiões, seja de outro tipo de agente normatizador, desempenhou seu papel, na busca de relações humanas tão próximas da justiça quanto possível ao

grau médio de entendimento das coletividades. A autonomia moral é conquista recente e se constitui em processo ainda rudimentar no ser humano, suscetível de aprimoramento na mesma medida em que nos tornamos livres. Aí é oportuno recorrer a este outro conceito de Espinosa, na mesma obra:

"É aos escravos, e não aos homens livres, que se dá um prêmio para recompensá-los por haverem se comportado bem".⁷⁴

A religião partiu exatamente da concepção de que não somos livres, de que estamos presos à culpa da qual só nos liberaremos pela graça divina outorgável a alguns, e apenas alguns, bem-aventurados que, por obedientes, hão de ser recompensados para a vida eterna. Já a racionalidade espírita propõe que homens e mulheres são seres em busca da liberdade e que esta é conquistada e ampliada na medida em que melhor conhecermos a nós próprios e o universo de que somos parte.

VOCÊ SABIA?

Para o filósofo Espinosa a recompensa pelo bom comportamento deve ser dada aos escravos e não a homens livres?

6.2 Espiritismo e transformação

Vale aqui, uma vez mais, recordar o conceito kardecista segundo o qual o verdadeiro espírita é reconhecido “por sua transformação moral e pelo esforço que faz para domar suas más inclinações”. É quase isso que diz o filósofo na frase que abriu este capítulo. Entretanto, Espinosa vê a felicidade não apenas como o resultado da prática da virtude, mas também como condição para o próprio combate às nossas más inclinações. Ou seja: somos felizes não apenas porque nos tornamos virtuosos, mas também porque podemos, por força de nossa racionalidade, “reprimir os impulsos viciosos”, que são condições inerentes ao ser humano.

Há aqueles que compreendem o espiritismo como uma proposta realmente ética, por força de sua excelência doutrinária, que muito admiram. Mas, costumam afirmar: “eu não posso me dizer espírita, porque sou ainda incapaz de praticar sua moral”. Isso é uma falácia. O espiritismo não é uma fábrica de santos e, tampouco, uma comunidade composta de homens e mulheres que atingiram um estado de perfeição moral que os faça diferentes das demais pessoas. Se temos algumas características que nos distinguem dos religiosos ou dos materialistas, por exemplo, é porque aceitamos uma filosofia que tem

por base a imortalidade do espírito e sua vocação para a transformação contínua do espírito humano, em sucessivas experiências nas diferentes dimensões e etapas da vida. Mas nem por isso um espírita é, necessariamente, mais virtuoso do que alguém que obedece aos ditames de uma religião ou que vislumbra na realidade da matéria a única instância existencial. Aqueles ou estes, em nossa concepção, também abrigam na intimidade de suas consciências a lei natural, mais ou menos desenvolvida, mas sempre capaz de impulsioná-los no rumo da vida virtuosa e, conseqüentemente, feliz. A propósito, Allan Kardec abordou isso, com bastante propriedade, no artigo “As Cinco Alternativas da Humanidade”, inserido em suas *Obras Póstumas*.⁶⁸

VOCÊ SABIA?

Em artigo publicado em suas *Obras Póstumas*, com o título de “As Cinco Alternativas da Humanidade”, Allan Kardec estabelece as diferenças entre a proposta ética espírita e as outras visões de vida.

6.3 Um sentido para a vida

Temos de reconhecer, contudo, que as bases filosóficas do espiritismo são um forte e permanente estímulo ao processo de transformação ética de

quem conscientemente as adota. Desde que abriguemos a racional convicção de que somos espíritos imortais dotados de autoridade e de liberdade para direcionarmos nossa vida a patamares sempre mais elevados e, conseqüentemente, mais ditosos, a vida passa a ter um sentido que não se coaduna nem com o improvável prêmio da beatitude eterna, que breca o progresso do espírito e, tampouco, com o niilismo que se sucede a uma existência feita exclusivamente da matéria.

A lei da imortalidade do espírito confere a cada inteligência do universo a singular condição de coautor da criação, como sugere a questão 132 de *O Livro dos Espíritos*⁵, ao afirmar que a encarnação tem, entre suas finalidades, a de “pôr o Espírito em condições de cumprir sua parte na obra da Criação”. Cumprir sua parte significa integrar-se definitiva e progressivamente na tarefa de fazer-se melhor, mais útil, mais feliz e, igualmente, contribuir para que a vida, como um todo e com todos e tudo que a compõem, igualmente, prossiga no rumo da perfeição. Isso, evidentemente, não é tarefa para ser iniciada, exercida e acabada no limitado espaço temporal de uma existência corporal. E, no entanto, a ímpar e singular figura de Jesus de Nazaré, apontado igualmente em *O Livro dos Espíritos*⁵ como

“guia e modelo da humanidade”, concita-nos: “Sede perfeitos”⁶, avalizando a perfeição como possível e, mais do que isso, destino de todo o ser inteligente.

De regra, as crenças dogmáticas que compõem as religiões não oferecem tais perspectivas e tampouco contemplam o ser humano como detentor de tão vasto potencial. Mas para alcançar essas concepções o espírito precisou deslocar do terreno da fé cega para o infinito universo do conhecimento, a chave do processo de transformação.

A independência moral do ser, pregada pelo espiritismo, não o isola e nem o faz infenso à contribuição que lhe possa advir de fora para dentro, no seu processo de crescimento. Ninguém é uma ilha. Somos todos dependentes uns dos outros. A solidariedade é lei universal e o amor é a grande força que nos permite assimilar e vivenciar o sentido maior da vida. Mesmo assim – e esse é o grande desafio que a vida nos faz -, nada e ninguém podem nos substituir da íngreme, pertinaz e contínua luta de nossa transformação individual no rumo da plenitude, que a filosofia kardecista chama de “perfeição”.

Fique claro, porém: a chamada “moral espírita” não é, absolutamente, a moral de uma crença, de uma religião particular ou de uma seita que congrega uma pequena parcela da humanidade. É,

pensamos, a ética que dimana das leis supremas do Universo, regidas por uma “Inteligência Suprema”, que foi e é “Causa primária de todas as coisas”.⁸

Os espíritas propomos e reivindicamos a atenção da Humanidade para a racionalidade dessas leis, escritas na consciência de cada indivíduo. O mundo conturbado e permanentemente em crise que nos abriga, à luz dessas leis, se capacitará a inaugurar uma nova realidade histórica, regida pela solidariedade entre os povos, pela cooperação de todos no sentido da paz, do progresso material e espiritual. Está aí a síntese da grande lei do Amor Universal. Sem uma plena concepção de fraternidade e de igualdade – porque proviemos todos de uma mesma origem e rumamos todos a um mesmo destino, independentemente de raças, de credos, de posições políticas ou ideológicas -, estaremos postergando o salto de qualidade que todos esperamos para o planeta Terra.

O espírito – princípio inteligente do Universo – guarda um imenso potencial capaz de conduzir a Humanidade a entender que a vida, sim, tem um sentido!



7 PROPOSIÇÃO FINAL DOS AUTORES

Os autores de “Espiritismo, ética e moral”, da *Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI*, convictos da afirmação de Allan Kardec, no livro *A Gênese*, capítulo “Os tempos são chegados”, segundo a qual o espiritismo “por seu poder moralizador, por suas tendências progressistas, pela amplitude de suas vistas, pela generalidade das questões que abrange”, é uma filosofia inteiramente apta a “secundar o movimento de regeneração” da humanidade, e, por isso, contemporânea de um período histórico marcado pela necessidade de profundas transformações sociais no sentido da justiça, da liberdade, da igualdade, da fraternidade e do amor,

PROPÕEM:

como corolário das reflexões aqui expostas, o presente manifesto:

MANIFESTO ESPÍRITA POR UM MUNDO MELHOR

É essencial e urgente que:

1. **Nos aliemos aos movimentos de defesa dos direitos humanos**, criando ambiente ético a partir do respeito, sem o qual toda verbalização perde sentido, sendo, pois, imperioso colocar na prática diária a moralidade fundada na liberdade;
2. **Nos unamos por causas humanistas**, lutando pela implantação de sistemas universais de saúde, melhoramento e permanência de uma rede de saúde pública que atenda bem e igualmente a todos (Art. XXV da DUDH);
3. **Desejemos um sistema de justiça capaz de proporcionar segurança**, contribuindo para a criação das condições necessárias ao desenvolvimento intelectual e moral de todas as pessoas, afastando do convívio social apenas quem, de fato, oferece perigo;

4. **Optemos sempre pela democracia**, buscando o amadurecimento das representações políticas para o império da liberdade com responsabilidade;
5. **Tenhamos como meta a educação**, e que ela seja abundante e prazerosa; atraente e capaz de formar cidadãos esclarecidos e amantes do conhecimento. E dessa forma, todos tenhamos oportunidade de aprender sempre, educando-nos para a vida;
6. **Cultivemos permanente respeito a todo ser humano**, independentemente da sua condição física ou econômica, crença, identidade de gênero, etnia, cor, idioma, opinião política ou de outra natureza;
7. **Estejamos abertos às descobertas científicas**, em pleno apoio ao progresso da humanidade, nas mais diversas áreas do conhecimento;
8. **Sejamos capazes de ofertar trabalho digno**, em condições humanizadas, recompensado adequadamente e permeado pelo merecido descanso. Que não permitamos mais a exploração do trabalho infantil, ou a escravidão de adultos, pelas diversas formas de trabalho indigno em troca do pão de cada dia (Art. XXIV DUDU e Q. 682 OLE****).

9. **Contribuamos para criar condições capazes de superar a desigualdade social**, buscando debelar a miséria e a pobreza extrema, frutos de um nível de egoísmo incompatível com um processo civilizatório digno.
 10. **E que, enfim, o amor seja nossa bússola**, incentivando-nos a cultivar a paz para um mundo mais solidário, fraterno e equitativo.
-

Jacira Jacinto da Silva

Milton Rubens Medran Moreira

**** Declaração Universal dos Direitos Humanos / *O Livro dos Espíritos*.

INDICAÇÕES DE LEITURAS DE INTERESSE

Três livros básicos:

Manuel Porteiro. *Espiritismo dialético.*

Paulo Henrique de Figueiredo. *Revolução Espírita.*

Fabio Konder Comparato. *A afirmação histórica dos direitos humanos.*

Para se aprofundar no estudo do tema:

Dora Incontri. *Educação, espiritualidade e transformação social.*

Emmanuel Lévinas. *Humanismo de outro homem.*

Jon Aizpúrua. *Os fundamentos do Espiritismo.*

INDICAÇÕES DE SITES DE INTERESSE

<https://www.recantodasletras.com.br/ensaios/2198064>

Capturado em 17/04/19, 22h13.

<https://www.pensador.com/frase/MTMxODI/>

Capturado em 04/05/2020, 19h30.

<https://www.todamateria.com.br/etica-e-moral/>

Capturado em 04/07/2021, 22h.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Santo Agostinho. *Cidade de Deus* (Partes 1 e 2) - Edição de Bolso.
2. Aquino, Tomás de. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2001-2006.
3. Kant, Immanuel. *Crítica da razão pura e crítica da razão prática*.
4. Aizpúrua, Jon. *Os fundamentos do espiritismo*. [trad.] Leile Cacacci. São Paulo: CEJB, 2000.
5. Kardec, Allan. *O livro dos espíritos*. [trad.] Guillon Ribeiro. 76. ed. Brasília : FEB, 1995.
6. —. *O evangelho segundo o espiritismo*. [trad.] Guillon Ribeiro. 112. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1996. Traduzido da 3ª edição francesa.
7. —. *O que é o espiritismo*. Araras: IDE, 2003.
8. Moreira, Milton Medran. *Direito e justiça: um olhar espírita*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2004.

9. Jones, Maurice Herbert. *A síntese kardequiana. Um olhar espírita*. [Online] 09 de 02 de 2013. [Citado em: 01 de 09 de 2021.] http://umolharespirita1.blogspot.com/2013/02/a-sintese-kardequiana_9.html.
10. Soriano, Manuel Gonzalez. *El espiritismo es la filosofia*. Barcelona: Nueva Editora, 1881.
11. Di Lucia, Reinaldo. *Espiritismo: Revelação ou descoberta*. [A. do livro] Vários autores. *A CEPA e a atualização do espiritismo*. Porto Alegre: CCEPA, 2001.
12. Figueiredo, Paulo Henrique de. *Autonomia: a história jamais contada do espiritismo*. São Paulo: Fundação Espírita André Luiz, 2019.
13. Villela, Fabio Renato. *Recanto das Letras. Moralismo, moral, moralidade, moralista - Ensaio filosófico [Código do texto T2198064]*. [Online] 15 de 04 de 2010. [Citado em: 11 de 07 de 2021.] <https://www.recantodasletras.com.br/ensaios/2198064>.
14. Regis, Jaci. *Do homem e do mundo*. Santos: Dicesp, 1984.
15. Pivatto, P. S. *Responsabilidade e justiça em Lévinas*. Veritas. 2001, Vol. 46, 2, pp. 217-230.
16. Cotrim, G. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. São Paulo: Saraiva, 1998. pp. 243-303. Apud Figueiredo A. M. *Ética: origens e distinção moral*. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/sej/article/view/44359/47980> capturado em 18/02/2020.
17. Santos, Westerley. *Ética. Filosofia Popular*. [Online] [Citado em: 27 de 05 de 2020.] <https://sites.google.com/site/filosofiapopular/etica>.

18. Pires, José Herculano. *O mistério do ser ante a dor e a morte*. São Paulo: Paideia, 1981.
19. Grossvater, David. *Espiritismo laico*. 3. ed. México: Editores Mexicanos Unidos S. A., 1973. Incluído: Biologia y Espiritu.
20. Chauí, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
21. Descartes, René. *Discurso do método*. [trad.] Ciro Mioranza. 2. ed. São Paulo: Escala, 2009.
22. Cortella, Mário Sérgio. *Pensar bem nos faz bem! 2 - Família, carreira, vivência intelectual, convivência, ética*. Petrópolis: Vozes, 2015.
23. Madrigal, Cuauhtémoc Mayorga. *Neo-moralismo. O2 Cultura Suplemento de La gaceta de la Universidad de Guadalajara*. 13 de Maio de 2019. Disponível em: http://ww1.gaceta.udg.mx/Hemeroteca/paginas/1013/G1013_O2%202.pdf capturado em 11/05/2020.
24. Amorim, Deolindo. *O espiritismo e as doutrinas espiritualistas*. 6. ed. Rio de Janeiro: CELD, 1996.
25. Ferreira, Altivo. *Moral e o homem moderno*. [A. do livro] Vários autores. *Encontro com a cultura espírita*. Matão: O Clarim, 1981.
26. Geley, Gustavo. *Ensayo de revista general y de interpretación sintética del espiritismo*. [trad.] A. Guardiola. Barcelona: Ed. Amélie Boudet, 1986.
27. Regis, Jaci. *A dificuldade de aceitar o novo*. [A. do livro] Autores diversos. *Espiritismo: O pensamento atual da CEPA*. Porto Alegre: CCEPA, 2002, p. 68.
28. Stoll, Sandra Jacqueline. *Espiritismo à brasileira*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

29. Cortella, Mário Sérgio. *Pensar bem nos faz bem! 4 - Vivência familiar, vivência profissional, vivência intelectual e vivência moral*. Petrópolis: Vozes, 2015.
30. Amorim, Deolindo. *Espiritismo e criminologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: CELD, 1993.
31. Incontri, Dora. *Educação: espiritualidade e transformação social*. São Paulo: Comenius, 2014.
32. Wikipédia. *Feminismo negro*. Wikipédia. [Online] [Citado em: 22 de 11 de 2020.] https://pt.wikipedia.org/wiki/Feminismo_negro.
33. Porteiro, Manuel S. *Espiritismo dialético*. [trad.] José Rodrigues. São Paulo: CEJB, 2002.
34. Mascaro, Alysson Leandro. *Justiça, dignidade humana e religião*. [A. do livro] Tiago Cintra Essado. *Direitos constitucionais e espiritismo*. São Paulo : AJE, 2012.
35. Di Lucia, Reinaldo. *Fundamentos da ética espírita. Espiritualidade e sociedade*. [Online] [Citado em: 01 de 07 de 2021.] http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/L_autores/LUCIA_Reinaldo_Di_tit_Fundamentos_da_Etica_Espirita.htm.
36. Seu Amigo Guru. *20 exercícios de Chico Xavier para a reforma íntima*. Seu Amigo Guru. [Online] 16 de 05 de 2020. <https://www.seuamigoguru.com/20-exercicios-de-chico-xavier-para-a-reforma-intima/>.
37. Colombo, Cleusa Beraldi. *Ideias sociais espíritas*. São Paulo: Comenius, 2014. [Apresentação] Dora Incontri.
38. Cortella, Mário Sérgio. *Pensar bem nos faz bem! 3 - Sabedoria, conhecimento, formação*. Petrópolis: Vozes, 2015.

39. Signates, Luis. *Ética da alteridade*. [Online] [Citado em: 16 de 05 de 2020.] https://www.youtube.com/watch?v=L_ZuWY2f-Dg.
40. Pires, José Herculano. *Curso dinâmico de espiritismo: O grande desconhecido*. 4. ed. São Paulo: Paideia, 2000.
41. Pochmann, Marcio. Barbosa, Alexander de Freitas. *Trabalho e exclusão social no Brasil e a experiência de São Paulo*. [A. do livro] Antonio Cezar Peluso e Eliana Riberti Nazareth. *Psicanálise, Direito, Sociedade: Encontros possíveis*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 208.
42. Reale, Miguel. *Paradigmas da cultura contemporânea*. São Paulo: Saraiva, 2005.
43. Comparato, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
44. Silva, Jacira Jacinto. *Criminalidade: Educar ou punir?* Santos SP: CPDoc, 2007.
45. Santos, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade*. São Paulo: Cortez, 2013.
46. Incontri, Dora. *A educação segundo o espiritismo*. Bragança Paulista: Comenius, 2012.
47. Lobo, Ney. *Filosofia espírita da educação*. Rio de Janeiro : FEB, 1989.
48. Michaelis. *Diversidade. Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. [Online] [Citado em: 24 de 11 de 2020.] <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/diversidade/>.

49. **Kardec, Allan.** *A gênese, os milagres e as predições segundo o espiritismo.* [trad.] Guillon Ribeiro. Rio de Janeiro: FEB, 1995. Traduzido da 5ª edição francesa.
50. **Garcia, Wilson.** *A imobilidade e a ética no espiritismo.* [A. do livro] Autores diversos. *Espiritismo: O pensamento atual da CEPA.* Porto Alegre: CCEPA, 2002.
51. **Significados.** *Significado de Raça e Etnia.* Significados. [Online] [Citado em: 29 de 05 de 2020.] <https://www.significados.com.br/raca-e-etnia/>.
52. **Valério, Eduardo Ferreira.** *Direitos humanos e direitos sociais à luz do espiritismo.* [A. do livro] Eduardo Ferreira Valério e Tiago Cintra Essado, coord. *Direitos contemporâneos e espiritismo.* Barra Bonita: AJE, 2014, p. 94.
53. **Amorim, Deolindo.** *O espiritismo e os problemas humanos.* São Paulo: USE, 1985.
54. **Fromm, Erich.** *Conceito marxista de homem.* 8. ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores AS, 1983.
55. **Bioni, Bruno Ricardo.** *Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento.* Rio de Janeiro: Forense, 2019.
56. **Lara, Eugenio.** *Breve ensaio sobre o humanismo espírita.* Santos: CPDoc, 2012.
57. **Spinola, Mauro de Mesquita.** *Centro espírita: uma revisão estrutural.* Santos SP: CPDoc, 1997.
58. **Pires, José Herculano.** *O centro espírita.* 3. ed. São Paulo : Paideia, 2001.
59. **Santos, Boaventura de Sousa.** *A gramática do tempo: para uma nova cultura política.* São Paulo: Cortez, 206.

60. Buber, Martin. *Eu e tu*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
61. Lévinas, Emmanuel. *Humanismo de outro homem*. Petrópolis: Vozes, 1993.
62. Geley, Gustavo. *Del inconsciente al consciente*. Caracas: Editora Cultural Espirita Léon Denis CA, 1995. Ediciones CIMA.
63. Mascaro, Alysso Leandro. *Introdução ao estudo do Direito*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
64. Significados. *Significado de Alteridade*. Significados. [Online] [Citado em: 07 de 07 de 2020.] <https://www.significados.com.br/alteridade/>.
65. Porteiro, Manuel S. *Espiritismo doutrina de vanguardia, las mejores paginas del humanismo espírita*. Caracas Venezuela: CIMA, 2002.
66. Reis, Ademar Arthur Chioro. *A reencarnação como dispositivo de construção de autonomia: uma visão laica e livre-pensadora. Perspectivas contemporâneas da reencarnação*. Santos: CPDoc / CEPABrasil, 2016, p. 183. Reis, Ademar Arthur Chioro dos; Nunes, Ricardo de Morais [Org.].
67. Figueiredo, Paulo Henrique de. *Revolução espírita: a teoria esquecida de Allan Kardec*. São Paulo: MAAT, 2016.
68. Kardec, Allan. *Obras Póstumas*. São Paulo: LAKE, 1979.
69. Arbex, Daniela. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
70. Porteiro, Manuel S. *Conceito espírita da sociologia: origem das ideias morais*. Caracas: CIM, 1998.

71. Rivail, Hippolyte Léon Denizard (Allan Kardec). *Textos pedagógicos*. [trad.] Dora Incontri. São Paulo: Comenius, 1998.
72. Molfino, Gustavo. *A reencarnação e o desenvolvimento sustentável do planeta*. [A. do livro] Ademar Arthur Chioro dos Reis e Ricardo de Moraes Nunes, org. *Perspectivas contemporâneas da reencarnação*. Santos: CPDoc / CEPABrasil, 2016.
73. Aizpúrua, Jon. *El pensamiento vivo de Porteiro*. Caracas: CIMA, 1998.
74. Espinosa, Baruch. *Coleção Grandes Pensadores: Baruch Espinosa*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

SOBRE OS AUTORES

Jacira Jacinto da Silva

Nascida em lar espírita em dezembro/1957, na cidade de Palmeira D'Oeste-SP, Brasil. Casada, cinco filhos e três netos.

Graduação em Ciências Biológicas, Matemática e Direito. Mestrado em Direito Processual.

Especializações: Violência Doméstica contra crianças e adolescentes (USP); Direito Sanitário (IDISA e Instituto Sírío Libanês de Ensino e Pesquisa)

Extensão universitária: Integração de competências no desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas (SENAD – CNJ – USP: Medicina e Direito); 1º Curso de engenharia comunitária, com apoio do Departamento de Produção da Escola Politécnica da USP; Políticas sobre Drogas - Interfaces com o Poder Judiciário.



Atuação profissional: Recepcionista, Auxiliar de escritório, Bancária, Servidora do Judiciário, Professora Universitária, Juíza de direito do Tribunal de Justiça de São Paulo aposentada. Advogada, Empresária e Consultora.

Atuação social: (a) Em Birigui-SP, participou da fundação da APAC (Associação de Proteção e Assistência Carcerária); do IPIS (Instituto de Proteção e Inclusão Social); Instituto de Cultura Espírita Hernani Guimarães Andrade. (b) Em Bragança Paulista participou da fundação do ECOA – Espaço Comunitário de Aprendizagem – Programa de Educação Integral. (c) Em São Paulo participa da *Fundação Porta Aberta*.

Participou ativamente da infância e da mocidade espíritas. Membro do CPDoc – *Centro de Pesquisa e Documentação Espírita* e da CEPABrasil – *Associação de Delegados e Amigos da Cepa no Brasil*. Participante do Centro de Estudos Espíritas José Herculano Pires. Atual presidente da CEPA – *Associação Espírita Internacional* (2016-2021). Autora do livro *Criminalidade: Educar ou punir?*

Milton Rubens Medran Moreira

Procurador de Justiça aposentado do Rio Grande do Sul. Advogado. Jornalista.

Integrou os quadros diretivos da *Federação Espírita do Rio Grande do Sul*, onde ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Comunicação Social, tendo dirigido a revista "A Reencarnação" daquela federativa.

Desde 1983, é membro do *Centro Cultural Espírita de Porto Alegre* do qual foi Presidente. Fundou e dirige, há 26 anos, o jornal *CCEPA OPINIÃO*, órgão oficial dessa instituição espírita.

Autor de vários livros espíritas, entre os quais "*Direito e Justiça, um Olhar Espírita*", "*Se Todos Fossem Iguais*", "*O Espírito de um Novo Tempo ou Um Novo Tempo para o Espírito*".

Traduziu para o português "*História da Parapsicologia*", de Jon Aizpúrua.

Ex-Presidente da CEPA (2000-2008).



Sobre o Livro

Formato: 11,5 cm x 16 cm

Tipologia: Segoe UI - 11/14

COLEÇÃO LIVRE-PENSAR: ESPIRITISMO PARA O SÉCULO XXI

Série 1 – Temas Fundamentais

Livro 1 - O espiritismo na perspectiva laica e livre-pensadora

Livro 2 - A imortalidade da alma

Livro 3 - Mediunidade: intercâmbio entre dois mundos

Livro 4 - Reflexões sobre a ideia de Deus

Livro 5 - Reencarnação: um revolucionário paradigma existencial

Livro 6 - A evolução dos espíritos, da matéria e dos mundos

Livro 7 - Espiritismo, ética e moral

Livro 8 - Allan Kardec: o fundador do espiritismo

ISBN: 978-65-89240-12-9

CDL



9 786589 240129